

SEBASTIÃO MARCOS MABOTE JÚNIOR

**IMPACTO DAS REFORMAS OCORRIDAS NO SISTEMA FINANCEIRO
MOÇAMBICANO NA DÉCADA DE NOVENTA**

CURITIBA

2004

SEBASTIÃO MARCOS MABOTE JÚNIOR

**IMPACTO DAS REFORMAS OCORRIDAS NO SISTEMA FINANCEIRO
MOÇAMBICANO NA DÉCADA DE NOVENTA**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Cássio Frederico Camargo Rolim.

CURITIBA

2004

TERMO DE APROVAÇÃO

SEBASTIÃO MARCOS MABOTE JÚNIOR

IMPACTO DAS REFORMAS OCORRIDAS NO SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO NA DÉCADA DE NOVENTA

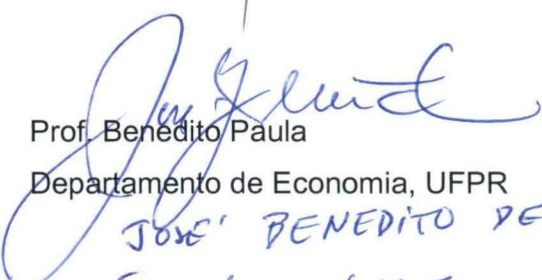
Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Cássio Frederico Camargo de Rolim
Departamento de Economia, UFPR

Examinadores:



Prof. Benedito Paula

Departamento de Economia, UFPR



Prof.ª Angela Welters

Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 08 de Março de 2004

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente aos meus pais, Sebastião Marcos Mabote e Cecília Dequene Mavale. Eles que desde a minha infância sempre empurraram-me para o mundo acadêmico e sonharam com a minha formação superior. Na altura, eu não entendia a cisma deles em me mandarem sempre para a escola e implicarem-se comigo quando eu mostrava pouco interessado pelas aulas. Mas agora, passados dezessete anos de estudos, entendo o porquê da sua implicância.

Hoje, sou um homem formado, e foi possível ao longo desse percurso colher um vasto leque de conhecimentos científicos e culturais, tornando-me apto para entender certas coisas que acontecem no mundo, cuja realidade prevalece nos livros e na convivência com os sabedores.

O meu pai antes de partir deste mundo, deixou-me uma tarefa, “estudar, estudar, estudar, mas pra sempre estudar”. Quando ouvi, achei algo difícil de se fazer, porém já superei o ensino primário, secundário e a minha graduação universitária. No entanto, os estudos nunca param e sei que vem mais pela frente. Pai, foi com amor e atenção que absorvi os seus conselhos, e sempre que me encontrava desesperado, desconcentrado, fraco emocionalmente ao longo do meu curso, essas palavras ecoavam com força nos meus ouvidos e me fizeram levantar sempre de cabeça erguida, pronto para enfrentar novos desafios.

Portanto pai, sempre estarás presente em mim e para ti vai este trabalho, do teu filho Sebastião Marcos Mabote Júnior. A minha querida mãe, Cecília Dequene Mavale, tanto a admiro e amo. Sei que sempre apostaste e acreditaste nas minhas capacidades. Agora chegou a hora de te retribuir pelo esforço educacional que me deste ao longo desses anos. De ti mamã, do leite passei a beber do teu conhecimento, experiência e exemplos da vida. És uma mulher batalhadora, a minha heroína viva, e espero seguir os teus passos não te decepcionando.

Para ti vai este trabalho, o qual sem a tua participação não consigo imaginar como seria capaz de concretizá-lo. Amo-te mãe.

Aos meus irmãos, Chinguane, José, Mila, Yomba e a caçulinha Tsivita. Eu vos adoro e sempre estaremos juntos.

Aos meus familiares e amigos presentes e ausentes neste mundo.

AGRADECIMENTOS

Por este meio, venho agradecer a todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para a elaboração deste projeto, o qual possibilitou alcançar as minhas metas pessoais e profissionais.

Direciono especiais agradecimentos ao meu orientador, prof. Cássio Frederico Camargo Rolim, pela sua intensa dedicação, paciência e incentivo que me deu no decorrer das jornadas de trabalho. Torna-se indispensável agradecer-lhe pela sua grande contribuição e ajuda no amadurecimento de idéias a respeito do tema em causa, assim como pelo fornecimento de material bibliográfico que tanto me foi útil na consecução do trabalho. Com muita sinceridade, obrigado por tudo prof. Cássio.

As minhas senhoras e meus senhores, Nuno Castelo Branco, Daniel Gabriel, Henriqueta, Clara de Souza, Pamela Rebelo e Fifi, pelas suas disposições em conceder material bibliográfico e sugestões de temas a respeito da economia Moçambicana.

Aos meus pais, Sebastião Marcos Mabote (ausente) e Cecília Dequene Mavale, que tanto acreditaram na minha formação.

A minha mãe, que passou também a exercer a função de pai nos três últimos anos. Ela, apesar da distância que o Oceano Atlântico nos separa, foi capaz de acompanhar com tanta preocupação o desenrolar do projeto. Pela força, energia e assistência técnica que me proporcionou ao longo do curso, mesmo em momentos que pareceram ser difíceis na minha vida como estudante e foram ultrapassados.

É isso mãe, superamos esta etapa. Vem mais pela frente, mas sei que juntos com certeza ultrapassaremos as futuras barreiras.

Tenho o orgulho de ser teu filho, amo-te mamã.

Aos meus irmãos, Chinguane, José, Mila, Yomba e Tsivita, que sempre me deram a maior força nessa vida estudantil.

À família Mabote e Mavale, sempre acreditando em mim. Especialmente ao tio Inácio Mabote e Gabriel Simbine.

A comunidade de estudantes africanos no Brasil, especialmente em Curitiba.

A comunidade moçambicana: Dunga, Bruno Lopes, Luciana, Martina, Roberto, Celso, Ilídio e aos restantes membros.

À comunidade angolana: Augusto Ngangula, Paula Morais, Jandira Dundão, Nucha Peliganga e aos restantes membros.

À comunidade Cabo Verdiana e Guinense.

Aos meus colegas Brasileiros que foram bastante atenciosos comigo ao longo do curso.

Aos trabalhadores da minha casa que me viram crescer: vovó Sive (Zé), Felizarda e Matavele.

Aos professores e funcionários da UFPR que direta ou indiretamente colaboraram para a minha formação.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE TABELAS.....	ix
LISTA DE SIGLAS	x
RESUMO	xii
1 INTRODUÇÃO	1
2 HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE	4
2.1 PRIMEIRO PERÍODO: COLÔNIA.....	4
2.2 SEGUNDO PERÍODO: REPÚBLICA SOCIALISTA	8
2.3 TERCEIRO PERÍODO: RETORNO A ECONOMIA DE MERCADO	10
3 SISTEMAS FINANCEIROS.....	13
3.1 CONCEITO	13
3.2 FUNÇÕES	13
3.3 TIPOS DE SISTEMAS FINANCEIROS.....	14
3.4 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS E NÃO BANCÁRIAS	18
3.5 REGULAÇÃO E SUPERVISÃO FINANCEIRA	20
3.6 O MICRO-CRÉDITO	22
3.6.1 Características do Micro-Crédito	24
3.6.2 Sustentabilidade das Instituições de Micro-Crédito.....	26
3.6.3 Origem do Micro-Crédito	28
3.6.4 Grameen Bank em Bangladesh e Outras Experiências a Nível Mundial.....	29
3.6.5 Outros Exemplos.....	30
4 SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO	31
4.1 MARCOS DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO	31
4.1.1 Os Impactos das Reformas Ocorridas no Setor Financeiro na Década de Noventa.....	36
4.2 CASO BCM E BPD	39
4.3 DESEMPENHO DO SETOR FINANCEIRO MOÇAMBICANO (2000 -2002) ...	41

5 MICRO-CRÉDITO EM MOÇAMBIQUE.....	47
5.1 MICRO-FINANÇAS EM MOÇAMBIQUE: DEMANDA, OFERTA E A RESPECTIVA LEGISLAÇÃO.....	48
5.1.1 Demanda/Oferta dos Serviços de Micro-Crédito em Moçambique.....	49
5.2 MICRO-CRÉDITO EM MOÇAMBIQUE (1998-2001)	51
6 CONCLUSÃO	56
GLOSSÁRIO	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
ANEXO 1 – INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS LICENCIADAS	63
ANEXO 2 – DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM MOÇAMBIQUE.....	67
ANEXO 3 - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES.....	77
ANEXO 4 – INDICADORES OPERACIONAIS.....	80
ANEXO 5 – DIMENSÃO E RENTABILIDADE	83
ANEXO 6 - INVENTÁRIO DAS INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS EM 1998..	86
ANEXO 7 - INVENTÁRIO DAS INSTITUIÇÕES DE MICRO-FINANÇAS EM 2000.	88
ANEXO 8 - APOIO DOS DOADORES AO SETOR DE MICROFINANÇAS	90

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- BANCOS COMERCIAIS	64
QUADRO 2 – BANCOS DE INVESTIMENTOS	64
QUADRO 3 – COOPERATIVAS DE CRÉDITO	64
QUADRO 4 –SOCIEDADES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA.....	64
QUADRO 5 – SOCIEDADES GESTORAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	65
QUADRO 6 – SOCIEDADES DE INVESTIMENTOS.....	65
QUADRO 7 – SOCIEDADES ADMINISTRADORAS DE COMPRAS EM GRUPO...	65
QUADRO 8 – RELAÇÃO DAS CASAS DE CÂMBIO.....	65
QUADRO 9 – ENTIDADES LICENCIADAS À CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	66
QUADRO 10 – ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO COM SEDE NO ESTRANGEIRO	66
QUADRO 11- DESCRIÇÃO DOS INDICADORES	78
QUADRO 11- DESCRIÇÃO DOS INDICADORES	79
QUADRO 13 - IMF'S DE MOÇAMBIQUE EM 1998	87
QUADRO 14 - APOIO OFERECIDO AO SETOR OU ÀS IMFS	91

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM MOÇAMBIQUE – 2000 (UNIDADES MONETÁRIAS – METICAL, MZMM, MEDIDOS EM MILHÕES)	68
TABELA 2 - RANKING DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – 2001 (UNIDADES MONETÁRIAS – METICAIS, MEDIDOS EM MILHÕES)	69
TABELA 3 - RANKING DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – 2002 (UNIDADES MONETÁRIAS – METICAIS, MEDIDOS EM MILHÕES)	70
TABELA 4 – INDICADORES FINANCEIROS – 2000-2001	71
TABELA 4 – INDICADORES FINANCEIROS – 2000-2001	72
TABELA 5 - INDICADORES FINANCEIROS – 2001-2002	73
TABELA 6 - INDICADORES DE CRESCIMENTO DO SETOR FINANCEIRO – 2000-2001 (EM MILHÕES DE METICAIS)	75
TABELA 7 - INDICADORES DE CRESCIMENTO DO SETOR FINANCEIRO – 2001-2002	76
TABELA 8 – OPERACIONALIDADE – 2000-2001	81
TABELA 9 - OPERACIONALIDADE – 2001-2002	82
TABELA 10 - DIMENSÃO E RENTABILIDADE – 2000-2001	84
TABELA 11 - DIMENSÃO E RENTABILIDADE – 2001-2002	85
TABELA 12 – IMF’S DE MOÇAMBIQUE EM 2000	89

LISTA DE SIGLAS

ABSA – Austral Bank of South África
AMECON – Associação Moçambicana dos Economistas
BCP – Banco Comercial Português
BCM – Banco Comercial de Moçambique
BIM – Banco Internacional de Moçambique
BID – Banco Internacional de Desenvolvimento
BSTM – Banco Standard Totta de Moçambique
BM – Banco de Moçambique
BPD – Banco Popular de Desenvolvimento
BNU – Banco Nacional Ultramarino
FCC – Fundo de Crédito Comunitário
FOGAPI –Fondo de Garantia para Prestamos a la Pequeña Industria
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
FMI – Fundo Monetário Internacional
HIPC – Heavily Indebted Poor Countries
ICC – International Capital Corporation
INEA – Instituto Nacional de Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPC – Índice de Preços ao Consumidor
IMF's – Instituições Micro-financeiras
INDER – Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural
MADER – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MCI – Mercado Cambial Interbancário
MMI – Mercado Monetário Interbancário
MOZAL – Mozambican Aluminium
MZM – Mozambican Meticals (Metical – Padrão Monetário de Moçambique)
ONU – Organização das Nações Unidas
ONG's – Organizações não Governamentais
PARPA – Plano de Ação para Redução da Pobreza Absoluta
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PME's – Pequenas e Médias Empresas

PRE – Programa de Reestruturação Econômica

PRES – Programa de Reestruturação Econômica e Social

PROCON – Proteção ao Consumidor

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

UGC – União Geral de Cooperativas

UNCDF – Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital

UNDP - Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

WB – World Bank (Banco Mundial)

WWB – Women's World Banking

RESUMO

As jornadas de trabalho despendidas na elaboração do presente texto, foram preenchidas por pesquisas que se direcionaram aos impactos das reformas ocorridas no Sistema Financeiro Moçambicano, durante a década de noventa. Tal período foi marcado por uma reestruturação econômica e social do país, sendo que se deu a abertura da sua economia. Em consequência disto, vários segmentos da economia foram afetados, sendo que ficaram mais expostos e vulneráveis à competitividade externa. No entanto, um dos segmentos afetados pela abertura da economia, foi o setor financeiro. Aqui, ocorreu a desestatização de alguns bancos, diante de um processo de privatizações bancárias, assim como se pôde assistir a entrada de novos operadores no mercado bancário, tornando o setor bancário misto e mais competitivo. Isso proporcionou um aumento do leque de produtos e serviços a disposição dos agentes econômicos. A par dessas transformações ocorridas no sistema financeiro moçambicano, coube às autoridades governamentais intervirem no sistema, impondo novas legislações e regulamentações, visando torná-lo mais eficiente e menos sujeito a riscos sistêmicos. Entretanto, ao serem apurados os impactos das reformas ocorridas no Sistema Financeiro Moçambicano, de acordo com a classificação de sistemas financeiros adotada por Carvalho et al, constatou-se que o sistema em causa tornou-se segmentado (não obstante prevalecerem alguns bancos do tipo universal), sendo o crédito a principal forma de financiamento. Diante dessas modificações ocorridas na estrutura do sistema, atualmente há falta de cobertura de serviços financeiros nas regiões rurais de Moçambique. Isto se torna um problema relevante para a sociedade Moçambicana, uma vez que 80 % dela se encontra concentrada nessas regiões, dos quais 69 % sobrevive num mundo de pobreza absoluta e não tem acesso aos canais formais de crédito. Daí surge à importância do papel a ser desempenhado pelas instituições de micro-finanças (sobretudo de micro-crédito) na concessão de crédito para essa parcela populacional marginalizada da sociedade. Nos dias de hoje, essas instituições encontram-se numa fase de arranque, sendo que vêm contando com o apoio financeiro e técnico das ONG's.

1 INTRODUÇÃO

Moçambique, é uma nação que se situa no Sudeste do Continente Africano, sendo banhada pelo Oceano Índico. Apresenta uma superfície de 799.380 Km², fazendo fronteira a Norte com a Tanzânia, a Oeste com o Malawi, a Zâmbia, Zimbábue e a África do Sul, sendo que no Sudoeste e Sul do país, encontram-se o Reino da Swazilândia e a África do Sul, respectivamente.

Atualmente, o país conta com uma população de aproximadamente vinte milhões, sendo que o seu PIB per capita é de 230 dólares.

O seu passado histórico foi marcado pelo colonialismo, tal como a maioria das nações africanas e também o Brasil. Por longos anos reinou o sistema escravista nos modos de produção, iniciando nos meados do séc.XVIII, prevalecendo até os finais do séc.XIX. Entretanto, nos finais do séc.XIX, a escravatura foi substituída pelo trabalho obrigatório, que na literatura Moçambicana designou-se por “chibalo¹”, que perdurou até a segunda metade do séc. XX.

No entanto, durante o séc.XX, os últimos 40 anos foram marcados por duas grandes transformações no país: primeiro, o país passou de colônia a República Socialista (1975). Posteriormente (passados 12 anos), o país retornou a uma economia de mercado, no âmbito de um Programa de Reestruturação Econômica (PRE), e que mais tarde abarcou-se o termo social, tornando-se um Programa de Reestruturação Econômica e Social (PRES). Este programa, consistia basicamente num processo de liberalização econômica, abrindo-se as suas fronteiras para o mercado mundial. Sendo assim, diminuir-se-ia a intervenção do Estado na economia.

Hoje em dia, por motivos de natureza político-econômica, assim como cultural e histórica, Moçambique encontra-se segundo a classificação da ONU dentre as Nações mais pobres do mundo (país do terceiro mundo), em que o seu IDH encaixa-se na 170ª posição dentro de um universo de 173 nações.

¹ Trabalho obrigatório e remunerado, implantado no seio da população Moçambicana na era colonial. As autoridades administrativas, demandavam a mão-de-obra para as plantações (sobretudo de algodão) e para prestar serviços de ordem pública (José Fialho Feliciano, 1998, p.99)

Dados estatísticos do INEA², revelam que cerca de 80 % da população vive no mundo rural na base da agricultura de subsistência, assistindo-se a graves limitações sociais (fome, falta de saneamento básico, elevado índice de analfabetismo, falta de acesso à rede hospitalar, o não acesso à água potável, etc), caindo no princípio da chamada causação circular, intitulado por Gunnar Myrdal. Este autor, ao desenvolver a questão social relacionada com os negros Norte-Americanos em meados do séc. passado (séc.XX), chegou a conclusão de que eles estavam sujeitos a um círculo vicioso da pobreza. As suas limitações sociais como a fome, o baixo nível de escolaridade, sobrevivência em meios habitacionais precários, impactariam negativamente na sua atividade produtiva, refletindo posteriormente numa baixa renda. Esta, por sua vez, os limitaria de ter acesso aos bens e serviços básicos, ficando condenados a essa rotina circular vinculada a pobreza.

Entretanto, ao se delinear o Programa de Reestruturação Econômica e Social (PRES-1990), um dos enfoques do programa centrava-se na necessidade de atender as dificuldades vividas pela população do mundo rural em Moçambique (sobretudo a fome). Paralelamente a isso, os órgãos planejadores e executores do programa, visavam obter um crescimento econômico num clima mais competitivo (contando-se com participação de novos agentes externos na economia local, intervindo tanto no setor produtivo assim como setor bancário). Com isso, viu-se necessário modificar a estrutura do sistema financeiro em causa, visando torná-lo mais eficiente na canalização de recursos entre os agentes econômicos. Assim, iniciou-se um processo de reformas no respectivo sistema.

Vários economistas, dos quais Malan, são da apologia de que a plena eficiência de uma estrutura de intermediação Financeira (ao mobilizar de modo eficaz os recursos entre os poupadores e os aplicadores), alavanca a respectiva economia. Vem daí a necessidade de entender o *modus operandi*³ do respectivo sistema em Moçambique.

Entretanto, no presente trabalho enfoca-se o retrato das reformas ocorridas no Sistema Financeiro Moçambicano durante a década de noventa. Tem-se como objetivo principal, avaliar os impactos das mudanças efetuadas no respectivo

² Instituto Nacional de Estatística de Moçambique.

³ Modo de operar em latim.

sistema durante o processo de abertura econômica. Fazendo parte dos objetivos secundários, a busca de conhecimento das principais mudanças estruturais que o sistema financeiro moçambicano passou desde a proclamação da independência em 1975 até aos dias de hoje (ênfatizando a década de noventa). E diante das reformas ocorridas na década de noventa, analisar o desempenho das instituições financeiras (2000-2002), acompanhando o comportamento de alguns indicadores financeiros (dimensionais, operacionais e de rentabilidade). Por último, objetiva-se analisar o papel das instituições financeiras na concessão de crédito (principalmente do micro-crédito), sobretudo nas regiões rurais.

Para se concretizar esses objetivos, após esta breve introdução, inicia-se o trabalho com a apresentação de um breve histórico sobre Moçambique, se abrangindo o período de tempo que vai desde 1498 até aos dias de hoje (2º Capítulo). Em seguida, serão apresentadas bases conceituais de modelos de sistemas financeiros (estrutura e funcionamento) baseados na tipologia atribuída por Cardim Carvalho et al. Paralelamente a exposição dessa tipologia, será feita uma abordagem teórica sobre o micro-crédito, buscando exemplos de Instituições internacionais operando com o micro-crédito (3º Capítulo).

Numa quarta parte, será feita uma exposição do Sistema Financeiro Moçambicano, narrando a sua evolução estrutural nas últimas três décadas, porém, ênfatizando a década de noventa diante das marcantes reformas ocorridas no sistema e os respectivos impactos (4º Capítulo).

Por último, com base na estrutura financeira existente, será feita uma abordagem sobre a questão do financiamento do Micro-crédito em Moçambique. Esta questão surge no âmbito das discussões recentes em Moçambique relativas ao combate a pobreza no meio rural. O tema é de grande importância, visto que a grande maioria da população vive no meio rural e não tem acesso aos canais formais de crédito (5º capítulo).

2 HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE

Moçambique é mais uma nação deste vasto mundo, situada no Sudeste do continente Africano e é banhada pelo Oceano Índico. Integra-se na chamada África Austral, da qual fazem parte a África do Sul, Zimbábue, Zâmbia, Namíbia, de entre outros países.

O primeiro contato com os europeus, ocorre com a viagem de Vasco da Gama rumo a Índia, em 1498. Desde então, Moçambique viveu três grandes períodos. São eles:

- a) Colônia: de 1498 a 1974, teve-se o período colonial, que se subdividiu em três sub períodos: de 1498 a 1885, de 1885 a 1930 e de 1930 a 1974, respectivamente;
- b) República Socialista (1975 a 1987): esse período, foi marcado pela proclamação da independência da Nação Moçambicana perante o governo português (1975). Após o alcance da independência, o primeiro governo dirigido por Moçambicanos, sistematizou e consolidou a sua idéia de organização do estado, da economia e da sociedade, em torno da teoria Marxista-Leninista, tendo durado até aos finais da década de oitenta.
- c) Retorno à economia de mercado: o terceiro período, que vai desde os finais dos anos oitenta aos dias de hoje, é marcado pelo retorno a uma economia de mercado. Nesse período foi abandonado o sistema socialista que contava com a forte intervenção Estatal na economia.

2.1 PRIMEIRO PERÍODO: COLÔNIA

Este período foi marcado pela colonização portuguesa, sendo que poderá ser subdividido em três sub períodos:

- a) 1498 a 1885: que foi marcado pela forte presença de companhias estrangeiras explorando o território Moçambicano, sendo as principais, Alemãs e Inglesas. O foco de exploração encontrava-se nos produtos primários (como o algodão e açúcar), sendo que por outro lado

“...predominavam feiras comercializando marfim, cornos e cascos de rinoceronte em 1647”. (NEWITT, 1995, p. 146).

Paralelamente a prática dessas atividades, foi uma era caracterizada pelo comércio de escravos, tendo iniciado no primeiro quarto do séc. XVIII (1720). Eles eram transportados para as plantações de açúcar nas Ilhas Francesas de Reunião e Bourbon no Oceano Índico, auferindo grandes receitas para a administração portuguesa. Estima-se que durante o séc. XIX, segundo consta no livro de Jouanneau,

... tenham sido levados cerca de um milhão e meio de escravos, finalizando-se a atividade nos finais do séc. XIX a quando da implementação do decreto legal, apontando a abolição do comércio de escravos em 1868, transformando os escravos em libertos pagos e tratados como assalariados até a sua libertação completa. (JOUANNEAU, 1995, p. 45- 46).

Nessa época, Moçambique servia de entreposto comercial de especiarias e de produtos manufaturados entre a Europa e Ásia, uma vez favorecida pela sua posição geográfica estratégica.

Salienta-se, o fato de que a raiz político-administrativa assim como econômica localizava-se no Norte do país, dentro da área de influência da capital na Ilha de Moçambique. Nessa região, havia uma forte infraestrutura portuária, acrescentando-se o fato de que Portugal tinha o domínio militar da respectiva região, o que não acontecia no sul do país.

- b) 1885 a 1930: foram décadas marcadas pela abolição da escravatura, se bem que predominavam práticas semelhantes. Tais práticas semelhantes, referem-se ao trabalho obrigatório e pago, introduzido no seio da população Moçambicana, atraindo-a para as plantações de algodão, cana-de-açúcar e para prestação de serviços de ordem pública tais como: construções de estradas, limpeza de municípios, etc. Nesse período, o poder administrativo na colônia transferiu-se do Norte para o Sul, para a então Lourenço Marques, hoje Maputo (capital de Moçambique). Isso deu-se na medida em que o governo português havia alcançado o seu poderio militar e administrativo sobre a colônia. A região sul do país, constituía um entrave para ocupação portuguesa, pois se fazia sentir a presença do maior exército de guerrilheiros moçambicanos

do tempo, liderado por Ngungunhane. Ele foi capturado em 1885 pelas tropas portuguesas, e deportado para Açores em Portugal, tendo morrido em 1895. Com a morte deste líder, enfraqueceram-se as bases de resistência no sul do país, enaltecendo a ocupação portuguesa no território nacional, fato que se sucedeu com êxito. Do ponto de vista econômico, pelo fato da região sul do país estar próxima da África do Sul (possuidora de minas de ouro e diamante), fez com que os Moçambicanos passassem a prestar serviços na exploração das riquezas em causa, auferindo receitas significativas à administração portuguesa. No entanto, nessa época (1894), construía-se uma linha férrea unificando a cidade de Lourenço Marques (posterior capital do país) e a Pretória (África do Sul), possibilitando o transporte de trabalhadores e de mercadorias para a África do sul e vice-versa. Também foi construído o Porto de Lourenço Marques, escoando produtos da África para outros continentes, assim como este servia de porta de entrada para a África Austral dos produtos que vinham do resto do mundo. Vistos esses acontecimentos, Lourenço Marques acabou por se tornar a capital do país.

No contexto internacional, nesse período realizava-se a Conferência de Berlim (1884 - 1885), em que se deu a chamada “Partilha de África” entre os países Europeus. Atribuiu-se o domínio efetivo de Portugal sobre as suas colônias em virtude da descoberta, em que também segundo Newitt, no âmbito do chamado mapa cor de Rosa, delimitou-se um espaço geográfico incluindo Moçambique e Angola, estando sob jugo político e administrativo Português, mediante tratados bilaterais com a Alemanha e França. A par disto, iniciou-se o processo de desregulamentação dos contratos das companhias estrangeiras existentes, formando-se companhias Nacionais de exploração de produtos agrícolas (Companhia de Moçambique, entre 1888 -1942).

Ainda no contexto internacional, Langa faz referência ao período compreendido entre 1914 e 1918, em que vivia-se a primeira guerra mundial, repercutindo negativamente na pauta de exportações dos

produtos primários da colônia, que fora contra balançada pela alta dos preços dos produtos tropicais (LANGA, 1997).

- c) 1930 a 1974 (era Salazariana): Salazar foi primeiro Ministro Português, que governou durante as quatro décadas (da década de trinta a década de setenta), tendo efetuado mudanças no quadro político-administrativo tanto de Portugal como no das colônias portuguesas. O seu regime apresentava vestígios do fascismo, em que paralelamente a isso, pregava-se um forte nacionalismo na metrópole.

Salazar, achava crucial efetuarem-se reformas nas colônias devido ao caos administrativo, falta de políticas econômicas e financeiras coerentes, inflação e moeda sem valor, devido às diversas moedas (Rand, escudo português e libra) que circulavam no mercado em conexão com a forte presença estrangeira. (NEWITT, 1995, p. 390-391).

Entretanto, Salazar aboliu os contratos das companhias estrangeiras vigentes nas colônias; implementou uma crescente industrialização em Portugal, submetendo as colônias na condição de fornecedoras de matérias primas⁴. Nessa época, prevaleceu o regime de trabalho obrigatório (chibalo) nas plantações de açúcar e algodão, sendo abandonado na década de sessenta⁵.

O papel mais importante que Moçambique passou a desempenhar, foi o de produtor de algodão para a indústria têxtil portuguesa e consumidor dos seus vinhos⁶. Por outro lado, a economia colonial de Moçambique passou a viver em função da prestação de serviços portuários (Maputo, Beira e Nacala) em relação aos países vizinhos (África do Sul, Zimbábue e Zâmbia), o que constituía a metade dos rendimentos externos do país (ABRAHAMSSOM; NILSSON, 1994, p. 21).

⁴ As exportações de algodão feitas de Moçambique para Portugal, aumentaram de 160 toneladas em 1931 para 29.000 toneladas em 1946 (ABRAHAMSSOM; NILSSON, 1994)

⁵ Nessa época, as autoridades governamentais portuguesas, pretendiam inserir a mão-de-obra do mundo rural numa economia de mercado. Fato que não chegou de se realizar com êxito, devido a existência de uma fraca infra-estrutura de estradas, dificultando a circulação de mercadorias (ABRAMSSOM; NILSSON, 1994, p. 27).

⁶ À luz da memória do tratado de Methuen, assinado entre a Inglaterra e Portugal em 1703: os portugueses passariam a produzir e exportar vinho aos ingleses e estes forneceriam produtos têxteis a taxas privilegiadas.

A outra fatia dos rendimentos era oriunda das divisas obtidas pelos imigrantes Moçambicanos na extração do ouro e diamantes nas minas da África do Sul. Sendo que por último, contava-se ainda com a receita das exportações do açúcar, arroz, castanha de caju, algodão, produtos de madeira e crustáceos (camarões).

Na esfera governamental, a partir de 1937 foram elaborados planos de fomento, objetivando a construção de infra-estruturas de energia, de ferrovias, advento da industrialização em Moçambique (indústria têxtil, de cimento, produção de rádios, bicicletas, tinta), sendo que por outro lado, efetuaram-se pesquisas em solos (foram descobertos minérios de carvão, hidrocarbonetos, petróleo, ouro, etc), visando-se obter um crescimento econômico sustentável no longo prazo (Newitt, 1995, p.402-406). Entretanto, os resultados desses planos foram satisfatórios, sendo que da década de sessenta para a década de setenta o PIB per capita aumentou da faixa dos 260 dólares americanos a 470 dólares americanos respectivamente. A fonte de receitas para a implementação desses planos era oriunda dos excedentes de exportação primária, das receitas portuárias, etc.

Entretanto, a total concretização desses planos foi interpelada pela onda de movimentos de libertação dos países africanos (surgida nos anos sessenta), dos quais Moçambique fez parte. A partir de 1962, iniciou-se a luta armada em prol de um Moçambique independente do colonialismo português, tendo terminado em 1975.

2.2 SEGUNDO PERÍODO: REPÚBLICA SOCIALISTA

O segundo período, foi desde 1975 aos finais da década de oitenta (1987), sendo que o país havia alcançado a independência de Portugal mediante a Luta de Libertação. Tal luta, foi liderada pelo Partido Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique, fundado em 1962 por Eduardo Chivambo Mondlane). Em 1969, este líder morreu, e a partir desse momento, Samora Moisés Machel foi escolhido pelos altos membros da Frelimo para dirigir o partido até a data da independência. Ele

tornou-se o primeiro Presidente da então República Popular de Moçambique em 1975.

Durante a vigência do primeiro governo Moçambicano, introduziu-se um regime socialista de partido único, seguindo-se uma política economicamente planificada. Para tal, adotou-se uma estratégia de desenvolvimento que contava com uma forte intervenção Estatal. Esse período foi marcado pelos processos de nacionalizações tais como: de Bancos até então Portugueses (é o caso do Banco Nacional Ultramarino - BNU, que defendeu durante um século os interesses da metrópole), socialização das terras, redes hospitalares, habitação etc, visando tirar o país do subdesenvolvimento em dez anos. O governo fez vultosos investimentos na mecanização da agricultura, não tendo auferido grandes retornos. Também se contou com investimentos na área da educação, na melhora da infra-estrutura de saúde, e por último priorizou-se os gastos na área militar (o armamento militar era importado dos países da ex-URSS). Estes últimos gastos, eram justificados pelo fato de que o país logo após ter alcançado a independência em 1975, mergulhou-se num duradouro conflito interno, necessitando-se daí o investimento para segurança do país.

Quanto à política de preços, adotou-se o sistema de preços fixos, sendo eles administrados pelo governo. Este estabelecia tabelas de preços para as mercadorias produzidas, permitindo-lhes garantir um programa de abastecimento a preços baixos, que reduzia artificialmente o valor orçamentai dos subsídios efetivos oferecidos aos consumidores.

Sendo assim, nos anos consecutivos a economia do país deu sinais de decadência, tendo o país apresentado um balanço econômico precário (a título de exemplo de 1980 a 1986 o PIB diminuiu em 30%). Vários motivos têm sido apontados como responsáveis por isso, dos quais citam-se, a falta de técnicos especializados nas áreas de infra-estruturas⁷, desastres naturais (secas), os conflitos armados internos, assim como a má gestão de políticas macroeconômicas. Também se assistiu a um crescimento alarmante do nível de dívida externa, acompanhada de um déficit na balança comercial. Tudo isso levou a degradação da

⁷ Quanto à infra-estrutura portuária: por volta de 8.000 técnicos portugueses regressaram para Portugal, após a independência, tornando escassos os R.H's com formação e especialidade dessa área.

qualidade de vida da população moçambicana, tornando o país dependente da ajuda externa.

2.3 TERCEIRO PERÍODO: RETORNO A ECONOMIA DE MERCADO

Partindo-se dos finais da década de oitenta aos dias de hoje, tem-se o terceiro período, em que Moçambique retornou a uma economia de mercado no âmbito de um plano de Reestruturação Econômica (PRE). A elaboração desse plano contou com o auxílio técnico dos órgãos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. O PRE era encarado como a panacéia para a resolução dos desequilíbrios tanto internos como externos da economia Moçambicana. Para isso, efetuou-se a abertura de mercado, acompanhada de novas posturas austeras por parte do governo Moçambicano. Este procurou atender os pressupostos do Consenso de Washington⁸.

No âmbito das políticas econômicas delineadas pelo PRE, ocorreu a desvalorização da moeda nacional, objetivando incentivar as exportações. Foram introduzidas políticas de privatizações visando cobrir a baixa produtividade das empresas Estatais, e também foram feitos acordos de reescalonamento⁹ de dívida externa, etc. Todas essas medidas procuravam alcançar o equilíbrio econômico.

Em 1990, três anos após o implemento do PRE , abarcou-se na agenda governamental a questão Social, em que mundo rural foi visto como prioritário. Isto porque, nesse mundo que correspondia a 80% da população moçambicana, assistia-se a baixos níveis de produtividade agrícola (refletindo-se na escassez de alimentos, gerando fome), havia falta de assistência médica, expondo a população às diversas doenças por falta de prevenção (malária e cólera). E quanto ao nível educacional dessa população, era baixo. Em decorrência disso, o Governo é levado a priorizar a questão Social. Dessa forma, introduziu-se no Programa o termo Social, passando a denominar-se Programa de Reestruturação Econômica e Social (PRES).

No campo político, em 1992 houve o acordo de Paz assinado em Roma entre a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e a RENAMO (Partido que

⁸ Os pressupostos do Consenso de Washington, delineam a adoção de políticas ortodoxas para reverter o quadro conjuntural da maioria dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento

⁹ Reescalonamento: Prorrogação da dívida.

impôs resistência armada), pondo-se fim a guerra interna. Em 1994 e 1998 ocorreram as duas primeiras eleições democráticas no país, nas quais a Frelimo saiu vitoriosa.

No entanto, durante a década de noventa, o governo continuou exercendo esforços no âmbito dos objetivos almejados pelo PRES, dedicando especial atenção na questão da dívida externa do país que assumia proporções agravantes em relação ao PIB, pondo o país numa situação de perda credibilidade em relação aos seus credores internacionais.

Mediante esse panorama externo, o país concorreu ao programa HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*). Tal programa, consiste em políticas direcionadas a redução da dívida dos países pobres altamente endividados com relação aos seus credores, reduzindo-a a patamares sustentáveis¹⁰. Moçambique é uma das nações com desempenho privilegiado nesse programa, tendo reduzido 70% da sua dívida com o exterior nos últimos seis anos após a implantação do programa (1996).

Por outro lado, ganhou relevância o debate de assuntos relacionados ao combate à pobreza, em que se traçou um Plano de Ação de Redução a Pobreza Absoluta (PARPA). Nesse plano prevê-se uma taxa de crescimento do PIB de 8% a.a, pretendendo-se reduzir a incidência da pobreza sobre a população moçambicana para 50% em 2010, visto que atualmente ronda na casa dos 70%. A elaboração desse plano era uma das condições básicas para o país ser englobado no HIPC (ROLIM et al, 2002, p. 605)

O PARPA preconiza investimentos nas áreas de caráter social (educação, saneamento básico, saúde), em infra-estruturas de estradas, energia, e também na agricultura e desenvolvimento rural.

Atualmente, Moçambique conta com um PIB *per capita* de 230 USD's, tendo apresentado uma grande evolução se comparado com os anos oitenta, em que o PIB *per capita* esteve numa média dos 40 USD's. A sua população cerca a casa dos 20 milhões de habitantes, havendo uma taxa de crescimento econômico de 9% a

¹⁰ Os países que pretendem participar do programa HIPC, devem atrelar as suas políticas econômicas aos pressupostos do Consenso de Washington (sobretudo no combate a inflação). A par disso, devem zelar por um crescimento econômico sustentável, para poderem beneficiar-se do programa HIPC.

10% a.a em contrapartida da atual taxa de crescimento demográfico que é de 2% a.a, enriquecendo mais a população.

Do lado da atividade econômica, os setores de serviços e comércio passaram a desempenhar um papel importante em relação ao PIB (46%), contra 24% do setor agrícola embora este empregue mais gente, sobretudo no meio rural onde se concentra 80% da população (e cuja incidência de pobreza absoluta é de 69%). A restante parcela do PIB, vem do contributo do setor industrial, respondendo por 30% do PIB. Este setor encontra-se em crescimento, mediante vultosos investimentos estrangeiros, tais como em áreas de alumínio (MOZAL)¹¹, gás de natural (Gás do Pande), assim como em outras áreas que apresentam vantagens competitivas (recursos hídricos). O setor turístico que se encontra em notória ascensão vem contando com grande participação estrangeira nos investimentos (sobretudo, sul- africanos e portugueses).

Na pauta de exportação moçambicana constam majoritariamente os seguintes produtos: castanha de caju, arroz, chá, copra e os crustáceos (camarões).

¹¹ Indústria de alumínio

3 SISTEMAS FINANCEIROS

Neste capítulo, serão apresentadas algumas bases conceituais a respeito de modelos de sistemas financeiros, conforme a tipologia adotada por Cardim Carvalho et al. Serão analisadas as respectivas estruturas e seus *modus operandi*.

Em seguida, será feita uma abordagem teórica sobre o micro-crédito, sendo expostas também algumas experiências de instituições internacionais atuando nessa área.

3.1 CONCEITO

Sistema Financeiro – é definido pelo conjunto de mercados financeiros presentes numa determinada economia (que por sua vez são definidos em função de classes de ativos transacionados), as instituições financeiras e os restantes agentes econômicos que interagem nesses mercados, estando sujeitos a controles regulatórios de instituições específicas.

3.2 FUNÇÕES

O papel da intermediação financeira no crescimento das economias, tem sido enfatizado por diversos autores desde o séc. XX. Em 1912, o pensador Schumpeter preconizava a importância do setor bancário no crescimento do PIB nacional via alocação do crédito em investimentos produtivos. Assim como ele, Keynes em 1937 também achava crucial a existência de um sistema bancário organizado, para que pudesse financiar o crescimento econômico de uma nação. Já em 1986 e 1991, as teorias de crescimento endógeno desenvolvidas por Lucas e Romer, estabelecem uma interligação entre o financiamento, inovação e crescimento econômico, cabendo ao setor bancário prestar financiamentos.

No entanto, as funções básicas de um sistema financeiro numa dada economia, limitam-se a:

- a) canalizar de modo eficiente os recursos entre poupadores e investidores, maximizando a sua capacidade de gerar crescimento, emprego e conseqüentemente o bem estar da população. Nas economias em desenvolvimento, caberá ao sistema financeiro canalizar recursos para

os setores mais produtivos da economia. Sendo assim, poderá ser reduzido o nível de pobreza nesses países, assim como poderá ser reduzido o hiato entre os países ricos e pobres.

- b) organizar o sistema de pagamentos da economia, pois é essencial para que haja um funcionamento adequado dos diferentes mercados da economia;
- c) criar ativos no volume e perfil adequado, para satisfazer as demandas dos poupadores por meio de acumulação de riqueza (CARVALHO et al, 2000, p.249).

Para que haja melhor desempenho de uma determinada estrutura financeira, têm-se como determinantes os aspectos técnicos de atividade financeira, tais como as inovações tecnológicas nos sistemas de informática e de comunicação das redes bancárias, a melhor qualificação dos recursos humanos integrantes do sistema, etc. Entretanto, torna-se necessária a presença de um órgão regulador que controla as atividades desempenhadas pelas instituições financeiras, monitorando-as para que o sistema não entre em crise.

3.3 TIPOS DE SISTEMAS FINANCEIROS

Ao se atribuir uma tipologia aos sistemas financeiros existentes no mundo, Carvalho et al preconizam o fato , "...de que é preciso conhecer as razões materiais que levaram a criação de cada tipo de sistema, mas também, e principalmente, a sua história e a da sociedade em que se insere...". (CARVALHO et al, 2000, p. 294) Têm-se como exemplo, os E.U.A em que a sua tradição federal retardou a formação de um banco central naquele país (a atual Federal Reserve), pois não se permitia que os bancos pudessem atuar além das suas fronteiras estaduais. Por outro lado, deverão ser realçados como fatores determinantes para a classificação das estruturas financeiras, os limites de ação das instituições financeiras de acordo com as legislações vigentes, assim como pelo tipo de contratos vigentes nos mercados financeiros.

Sendo assim, Carvalho et al classificam os sistemas financeiros em dois tipos. São eles: sistemas financeiros baseados em mercado de capitais e sistemas

financeiros baseados em crédito. Aqui, descreve-se as formas de operação das instituições financeiras. Eles apresentam as seguintes características:

Sistemas financeiros baseados em mercado de capitais: a canalização de recursos entre os agentes econômicos é satisfeita pela colocação de papéis nos mercados monetários e de capitais, via instituições financeiras bancárias e não bancárias. Tais papéis são denominados por títulos financeiros, sendo eles uma espécie de contratos padronizados, embutindo direitos e obrigações sobre os seus detentores. Esses títulos ao serem negociados devem atender as necessidades dos mercados, podendo satisfazer os contratantes envolvidos na transição e devem estar sujeitos a um aparato institucional legal, que delimita as condições de pagamento, garantias e as respectivas obrigações dos contratantes. Este tipo de sistema, encontra-se presente nos E.U.A, cujo grau de intermediação bancária não é tão significativa como nos países da Europa (exemplo da Alemanha), que domina o sistema de crédito. Isto, deve-se a atual tendência, em que se assiste a um crescimento dos mercados de títulos nos países desenvolvidos.

Sistemas financeiros baseados em créditos: neste sistema, os contratos vigentes, são estabelecidos de forma individualizada, podendo os contratantes estipular os seus desejos contratuais (garantias, formas de pagamento, etc). Este tipo de sistema encontra-se presente em alguns países Europeus (Alemanha e França), assim como na maioria dos países emergentes, tendo como exemplo, Moçambique.

Quanto à estrutura dos sistemas financeiros, divergem os sistemas financeiros segmentados e os sistemas formados por bancos universais. Aqui entra em questão a magnitude de ação das instituições financeiras.

Os sistemas financeiros segmentados: são aqueles, em que nos diferentes segmentos de mercado financeiro operam instituições específicas.

Nesta estrutura de sistema, as instituições financeiras bancárias e não bancárias são submetidas a uma legislação institucional, que os define consoante os nichos de mercado que estão autorizados a atuar. A título de exemplo, um banco que se intitula comercial, poderá exercer operações de gêneros: depósito a vista assim como a concessão de empréstimos de curto prazo, não podendo atuar em mercados de papéis (títulos), que envolvem operações de longo prazo (cabendo

estas tarefas aos bancos de investimentos). As marcas deste sistema estão presentes no sistema financeiro japonês e norte americano.

No caso dos E.U.A, este sistema foi adotado no âmbito do Glass-Steagall Act, que se objetivava buscar a segurança financeira, visto os malefícios causados pela crise de 1929 (crise sistêmica). Os motivos dessa crise, advinham da natureza multifuncional dos bancos (trabalhando em simultâneo no mercado de ações e de crédito). No entanto, quando ocorreu a crise de 1929 no mercado de ações, os bancos tentaram cobrir as suas perdas com os recursos que deveriam ser alocados em outros segmentos do mercado (crédito destinado ao setor produtivo), gerando-se a contração de crédito na economia, desestimulando a demanda agregada e dando origem à recessão econômica do país.

Sistemas financeiros formados por bancos universais: segundo consta no livro de Carvalho et al, os autores ao tratarem do sistema de bancos universais, definem o banco universal como sendo aquele que,

“,, pode operar em qualquer segmento do mercado (...) pode captar e fazer empréstimos tanto de curto e longo prazos (...) podendo tanto trabalhar com depósitos e empréstimos quanto subscrever e colocar ações e bônus privados no mercado”. (CARVALHO et al, 2000, p. 301)

Na Alemanha, encontram-se presentes estes bancos, exercendo múltiplas funções e estando sujeitos ao controle e regulação do Bundesbank (Banco Central Alemão, atualmente da comunidade européia). Essa regulação advém da tentativa de evitar a ocorrência de riscos sistêmicos¹², sendo que poderá colapsar a respectiva economia.

Esta estrutura de sistema, ao concentrar muitas atividades numa só instituição sofre certas críticas. São elas advindas dos riscos de contágio, isto ocorre quando a crise num segmento repercute nos demais segmentos bancários. Tais riscos de contágio são sustentados pela possibilidade de ocorrerem conflitos de cultura, oriundos da fusão de dois bancos com carteiras diferentes, e que tenham finalidades diferentes. Ao delinearem perfis diferentes para os seus clientes, torna-se prejudicial para a Instituição como um todo. Por outro lado, existem os conflitos de interesse, no qual os agentes bancários podem querer tirar proveito

¹² Vide o caso supracitado dos E.U.A (Glass-Steagall Act) – crise sistêmica de 1929.

de uma informação sobre um cliente e usá-la para um fim, prejudicando o respectivo cliente.

A vantagem apontada na estrutura do sistema, centra-se nas economias de escopo geradas pelos bancos universais. Tais economias de escopo existem quando a produção de um bem ou um serviço torna-se mais barata quando realizada em conjunto com a produção de outros bens ou serviços. Por exemplo, através do cadastramento de um cliente, pode ser facilitada a operação do sistema de pagamentos assim como a monitoração dos clientes, evitando-se a duplicação de despesas.

Concluindo, as diferenças dos sistemas financeiros existentes no mundo, residem em grande parte pelos diferentes graus de ação dos legisladores e reguladores, que inibem as escolhas que os agentes privados poderiam fazer em uma determinada economia.

Fazendo-se um estudo de caso sobre Moçambique, desde a independência em 1975 até 1992, o sistema financeiro tinha vestígios de monobanco¹³. Na época, o Banco de Moçambique assumia papéis de Banco central e comercial em simultâneo, controlando a maior parcela do mercado bancário. Ele cobria 100% das operações bancárias com o exterior, dominava 80% do mercado creditício desde 1975 até 1988, e era detentor de 90% de depósitos das empresas, revelando ter prevalecido um sistema de banco universal com elevado grau de concentração bancária. Nesse período, o Banco de Moçambique dividia o mercado com mais dois Bancos, nomeadamente o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) e o Banco Standard Totta de Moçambique (BSTM) que exercia funções de um Banco comercial (MALEIANE, 1997, p. 2)

Após a Reforma do setor financeiro ocorrida nos anos noventa, no âmbito do PRE (tema do próximo capítulo), houve uma separação nas funções a serem desempenhadas pelo Banco de Moçambique (B.M), passando somente a exercer a função de Banco Central. Paralelamente a isso, mediante os processos de privatizações dos Bancos Estatais que ocorreram durante a década de noventa (caso do Banco Popular de Desenvolvimento - BPD, que se converteu em Banco Austral e o Banco Comercial de Moçambique - BCM, sendo privatizado em 1995

¹³ “monobanco” – sinónimo de Banco Universal.

pelo BCP- Banco Comercial de Portugal), apareceram novos operadores no sistema bancário, tornando-se mais segmentado no cumprir de suas tarefas (vide anexo 1 - as instituições bancárias e não bancárias, atualmente). Não obstante, notou-se que algumas instituições continuaram exercendo funções de banco universal, sendo o caso do Banco Internacional de Moçambique (BIM), que atua como Banco Comercial e Banco de Investimentos , lidando com ativos de curto e de longo prazo.

3.4 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS E NÃO BANCÁRIAS

Segundo a descrição seguida por Carvalho et al, nos sistemas financeiros encontram-se Instituições Financeiras Bancárias e não-Bancárias.

As Instituições Financeiras Bancárias¹⁴, captam recursos através de depósitos, ao passo que as instituições financeiras não-bancárias efetuam a mesma operação via colocação de títulos em mercado de capitais.

Fazem parte das Instituições Financeiras Bancárias, os bancos comerciais, os bancos de investimento, as cooperativas de crédito e os bancos de poupança.

Os Bancos Comerciais atuam como intermediários entre depositantes e tomadores de crédito e geralmente manuseiam ativos e passivos de curto prazo.

Este tipo de instituição bancária, capta recursos através de depósitos à vista junto da clientela. Com a captação de depósitos à vista, os bancos comerciais tornam-se capazes de aumentar os meios de pagamentos da economia via efeito multiplicador. Este efeito multiplicador é gerado na medida em que nem todo o valor depositado pelos agentes econômicos nos bancos comerciais é resgatado pelos mesmos de uma só vez. No entanto os saques dos clientes costumam ser feitos periodicamente. Daí, parte desse valor que se encontra nos caixas dos bancos, será destinado à concessão de novos empréstimos a entidades jurídicas e físicas. Assim se expande o volume de papel moeda em circulação na economia. Entretanto, devido aos riscos que estas instituições estão sujeitas a passar, as autoridades monetárias (Bancos Centrais) exigem que os bancos comerciais tenham contas de reservas monetárias junto a eles (bancos centrais). Isso serve para evitar possíveis crises de insolvência por parte destes bancos.

¹⁴ Vide anexo 1: as Instituições Financeiras Bancárias de Moçambique.

Bancos de Investimento: atuam nos mercados de capitais, servindo de intermediário na canalização de recursos entre os agentes econômicos. Tais recursos, são títulos (do governo e de empresas) que são colocados no mercado de capitais pelos bancos de investimentos na busca de obter ganhos de capital (preço de venda maior que o preço de compra) junto dos compradores finais. Portanto, caberá a um banco de investimento, permitir que as empresas e os governos possam atender as suas demandas por recursos no momento em que lhes for oportuno. A obtenção desses recursos, será viabilizada pela intermediação dos bancos de investimento via compra e venda de seus títulos no mercado de capitais.

Bancos de poupança: direcionam-se a concessão de empréstimos para aquisição de imóveis, especialmente residenciais. A sua forma de captação de recursos é via depósitos de poupança (no Brasil existem as chamadas cadernetas de poupança).

Existem também as chamadas cooperativas de crédito, que movem recursos dentro de uma determinada comunidade, não apresentando fins lucrativos. A sua sustentação advém dos recursos contribuídos pelos membros integrantes da comunidade, sendo eles (os recursos) redistribuídos pelos membros da comunidade. Em Moçambique, existe a União Geral das Cooperativas de Crédito (U.G.C), constituída formalmente a partir de 1990, contando com 185 cooperativas com autonomia financeira e administrativa, em que numa fase incipiente dependiam do auxílio das ONG's. (GALLIPOLI, 2002, p. 55-57)

Nos primeiros momentos de sua existência, contou-se com atividades produtivas no ramo da agropecuária, mais precisamente hortícolas e criação de suínos e patos, apresentando baixo rendimento e retornos de longo prazo.

Posteriormente, passou-se a dedicar atenção à atividade agrícola, avicultura e produção de citrinos. Também se delinearam investimentos na área da educação dos seus membros, colocando-os em escolas do primeiro e do segundo grau, sendo que os mais habilitados foram postos em institutos comerciais. Isso visava fornecer formação para os camponeses¹⁵, tornando-os capazes de gerir as vendas de seus produtos.

¹⁵ Camponeses: mão-de-obra que trabalha com as terras agrícolas.

Atualmente exportam bananas e mangas para a África do Sul, projetando-se ampliar o seu mercado consumidor para a Europa (mais precisamente para a Espanha e Itália).

Em 2002, passou-se a prestar serviços de crédito agrícola aos camponeses destinado a atividade familiar, chegando a atingir 7.000.000 de dólares americanos por ano, contribuindo para o desenvolvimento sócio econômico da União e servindo de exemplo para a nação.

No entanto, no início do capítulo foram expostas as Instituições financeiras bancárias. A seguir terá prosseguimento a abordagem sobre as Instituições financeiras não bancárias.

Instituições financeiras não bancárias¹⁶: estas instituições, captam recursos pela colocação de papéis nos mercados de capitais, promovendo o encontro entre os ofertantes e demandantes de recursos. Atuam de modo diferente em relação às instituições financeiras bancárias, visto que estas obtêm recursos através de depósitos.

Fazem parte delas: sociedades de créditos, de financiamento e de investimentos, também as corretoras e distribuidoras de valores, companhias de seguro e empresas de arrendamento mercantil.

3.5 REGULAÇÃO E SUPERVISÃO FINANCEIRA

CARVALHO et al, fazem referência ao assunto inerente à regulação e supervisão financeira, realçando que: “torna-se um dos fatores determinantes da estrutura financeira, visto que limita as possibilidades de ação dos agentes financeiros assim como define as operações a serem exercidas pelas instituições financeiras nos mercados financeiros”. (CARVALHO et al, 2000, p. 318 –319)

Normalmente, estas atividades podem ser exercidas por Instituições independentes ou por organismos adicionais dos bancos centrais direcionados a essa atividade. Tem-se como justificativa do implemento da regulação, o fato do sistema financeiro ser fonte de externalidades tanto positivas como negativas.

¹⁶ Vide anexo 1 as Instituições Financeiras não Bancárias em Moçambique.

Ao se tratar de externalidades positivas, aponta-se como a principal, as vantagens oriundas da organização do sistema de pagamentos. A plena eficiência destes, possibilita o atendimento da demanda de vários serviços da clientela.

Do lado das externalidades negativas oriundas do sistema, encontram-se as assimetrias de informação entre aplicadores e tomadores de empréstimos, que muitas das vezes, pelo fato de não conhecerem as cláusulas contratuais, estes últimos podem se tornar vítimas dos interesses individuais das instituições financeiras. Surgindo daí, a necessidade de se implementar uma legislação que defenda os consumidores de serviços financeiros (no Brasil existe o Procon, que significa proteção ao consumidor). Em Moçambique, este tipo de serviço carece de um aparato legal, tornando a clientela susceptível aos interesses egoístas das instituições financeiras.

Quando se fala especificamente da atividade de supervisão financeira, refere-se à fiscalização das atividades a serem desenvolvidas pelas Instituições Financeiras, evitando-se possíveis riscos sistêmicos. Para que tal não aconteça, as autoridades monetárias das diferentes nações tomam medidas prudenciais. Segundo consta nos pressupostos do acordo de Basiléia¹⁷ (versão de 1997), essas medidas seguem alguns princípios. São eles:

- a) os supervisores bancários, devem estabelecer para todas instituições bancárias, requisitos mínimos e apropriados de adequação de capital. Esses requisitos refletem os riscos a que os bancos estão sujeitos a correr;
- b) os supervisores bancários devem avaliar os procedimentos adotados pelas instituições bancárias no que tange ao modo de financiamento, decisões de investimentos, assim como devem controlar as suas carteiras de riscos;
- c) os supervisores bancários devem impor um controle interno nas instituições bancárias, monitorando-se os seus ativos e passivos, evitando-se possíveis crises de insolvência. Tornando-se fundamental que as Instituições controlem as suas escalas de negócios.

¹⁷ Acordo de Basiléia: consiste numa compilação de princípios a serem seguidos pelas instituições financeiras de vários países, atendendo a certas regras de supervisão financeira.

- d) os supervisores bancários, devem exigir dos bancos acordos com políticas e práticas de contabilização, para poder-se fazer uma análise da condição financeira dos bancos, tendo estes a obrigação de publicar regularmente esses relatórios.
- e) torna-se fundamental que os órgãos de supervisão financeira, criem um ordenamento legal que defina as operações das diferentes Instituições Financeiras. Por exemplo, deverá ser usada a denominação “banco” , se na realidade a instituição desempenhar funções de um banco.

De entre outras medidas que devem ser tomadas pelos órgãos de supervisão financeira, o objetivo é a busca da estabilidade de um sistema financeiro.

A dinâmica de supervisão bancária, deve estar à altura de acompanhar o estágio de desenvolvimento do sistema financeiro.

Em Moçambique, na década de noventa, mediante o processo de reforma do setor financeiro foi necessário alterar a legislação, reforçando-se o papel do Banco de Moçambique como supervisor bancário, tratando do saneamento financeiro dos bancos, assim como da administração dos seus riscos, estabelecendo-se adequados rácios¹⁸ de capitais e reservas.

A busca pela segurança do sistema financeiro tem demandado esforços de regulação e supervisão financeira nos últimos anos. Dadas as últimas tendências notadas na esfera internacional, em que se assiste a conglomerados financeiros, inovações financeiras, alterando constantemente as estruturas dos sistemas financeiros, as autoridades monetárias devem buscar um maior controle das atividades bancárias.

3.6 O MICRO-CRÉDITO

A questão da pobreza e desigualdade de renda existente na esfera mundial, tem-se tornado um tema preocupante ao longo dos últimos anos. O foco entre os ricos e pobres vem aumentando, sendo que se medindo em termos de renda *per capita*, a razão desta entre os países mais ricos e os mais pobres do mundo é de 60 para 1. Com isso, acompanha-se o fato de que por volta de 500 milhões de pessoas

¹⁸ Rácio: proporção

que habitam o planeta, são consideradas pobres¹⁹, vivendo em condições miseráveis e sendo vítimas de exclusão social.

Embora nos últimos anos, tenha-se assistido a um crescimento na produção de bens e serviços mais que proporcional ao crescimento populacional, a repartição da riqueza vem-se sucedendo de modo desigual.

O crescimento econômico e a adoção de políticas que melhorem a distribuição de renda numa determinada nação, são vistos como os meios essenciais para reduzir a pobreza. A estes meios, adicionam-se outros mecanismos de combate à pobreza, sendo um deles as micro-finanças. O mecanismo de micro-finanças baseia-se no fornecimento de diversos serviços aos mais pobres buscando atender as suas necessidades, tornando-os auto-sustentáveis. Hoje, no mundo existem 10.000 instituições de micro-finanças (IMF's), dentro das quais encontram-se os bancos comerciais, as uniões de crédito, as Organizações não Governamentais (ONG's) e outro tipo de instituições. Dentro da área de micro-finanças, são prestados serviços de micro-crédito, micro-seguros, micro-poupanças e micro-doações. O micro-crédito, é o instrumento de micro-finanças mais conhecido no combate a pobreza.

O micro-crédito, consiste na concessão de empréstimos de pequeno valor (micro-empréstimos) a entidades físicas e jurídicas, que não tem acesso ao canal formal de crédito. O objetivo deste serviço, é de tornar o público alvo (que geralmente é a camada mais pobre da nação) auto-empregada e auto-sustentável, reduzindo-se sua incidência sobre a pobreza. Também fornece empréstimos a pequenas e médias empresas, funcionando como seu capital de giro. Numa perspectiva de longo prazo, almeja-se que as entidades jurídicas e físicas que são beneficiárias desses empréstimos, ganhem sustentabilidade e possam honrar com as suas obrigações diante das instituições credoras (tornando estas também sustentáveis).

Para que este serviço seja efetuado com êxito no combate a pobreza, torna-se fundamental que as instituições de micro-finanças (IMF's), delimitem com precisão o público alvo (camada populacional pobre), busquem ganhar

¹⁹ Pobre, refere-se ao indivíduo que sobrevive com menos de dois dólares por dia (dimensão quantitativa),

sustentabilidade e por último, este serviço requer que seja efetuado num horizonte de longo prazo. O serviço deve ser realizado em longo prazo, pois torna-se compatível com o período de maturação dos negócios dos clientes, que geralmente tornam-se sustentáveis no longo prazo.

3.6.1 Características do Micro-Crédito

O serviço de micro-crédito negligencia algumas das principais características do sistema formal de crédito. Normalmente, o crédito é concedido baseando-se em garantias, estas que por sua vez são avaliadas consoante a solidez do património do cliente. A política de juros adotada no circuito formal costuma retrair os demandantes de empréstimos. As instituições financeiras adotam inúmeras imposições regulatórias, prevalecendo à existência de elevada burocracia. A par disto, os prazos de pagamento dos empréstimos são curtos se comparados aos do sistema de micro-crédito

Entretanto, no sistema de micro-crédito encontram-se presentes as seguintes características:

- a) neste sistema, geralmente tem sido os agentes bancários que procuram os seus clientes, sendo o oposto do sistema bancário formal, em que o cliente é que vai a busca dos recursos financeiros junto das instituições especializadas;
- b) é dada preferência às mulheres na concessão de empréstimos (atualmente constituem 90% dos beneficiários do serviço de micro-crédito);
- c) o beneficiário tem a liberdade de escolher em que ramo irá investir o dinheiro emprestado;
- d) o seu crédito é geralmente concedido a grupos de pessoas. Este constitui um mecanismo para se evitar casos de inadimplência, sendo que se cria um contacto direto com os seus clientes. Daí, as IMF's acompanham a evolução dos negócios de seus clientes, dando por vezes assistência técnica para que o propósito do empréstimo seja concretizado (tornar o agente auto-sustentável). A par disso, torna-se um requisito que o público alvo tenha capacidade de gerenciar os seus negócios. Sendo assim, as

instituições procuram atribuir a responsabilidade não só a uma pessoa, mas a grupo de pessoas, buscando obter maior transparência, confiança e credibilidade. Em Moçambique, as instituições de micro-crédito, trabalham com grupos comunitários. A metodologia de pagamento adotada pelas comunidades beneficiárias denomina-se estica, na qual os seus membros repassam-se periodicamente os fundos e obrigações;

- e) os prazos de pagamentos são mais extensos, dada necessidade de se alcançar a sustentabilidade do empreendimento do cliente, podendo daí honrar com os seus compromissos. Porém são pagas em parcelas menores por períodos curtos (geralmente semanais);
- f) as instituições financiadoras simplificam as burocracias na concessão de crédito, evitando a elaboração de enormes questionários dotados de uma linguagem técnica;
- g) quanto à questão da garantia, o grau de confiabilidade para com o beneficiário, o aval solidário, os incentivos para a adimplência, substituem os métodos de garantia tradicional baseados na avaliação do patrimônio;
- h) busca-se atingir segmentos de mercados locais, concedendo-se inicialmente créditos de pequeno valor, que posteriormente poderão ser aumentados, na medida que os beneficiários dos créditos vão cumprindo com as suas obrigações perante as instituições credoras;
- i) as Instituições financiadoras geralmente cobram uma taxa de juros menor que a taxa básica do sistema (UNDP, 2003).

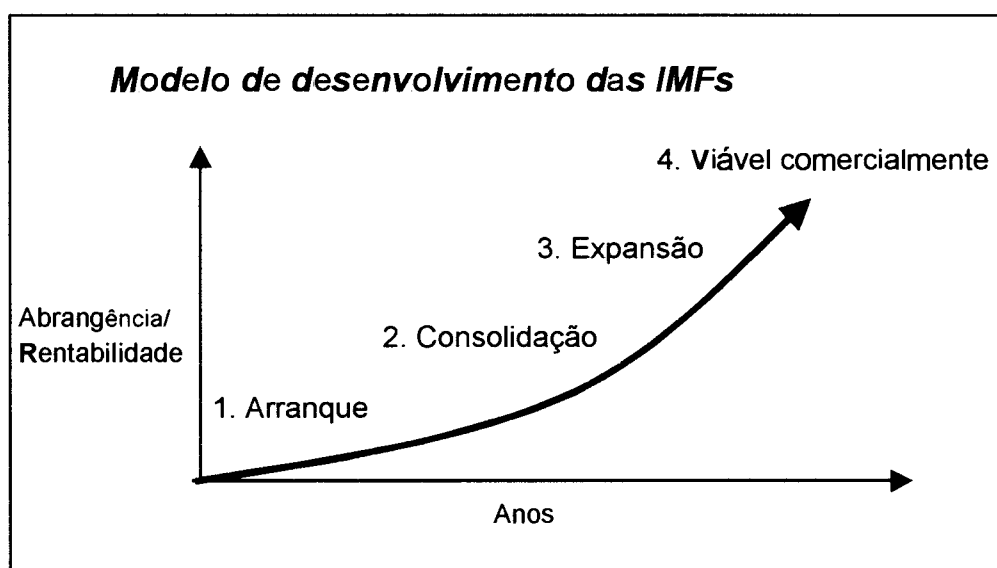
Alguns casos de sucesso no funcionamento das Instituições de micro-crédito, ocorreram na Colômbia (Fundação WWB - sociedade de micro-crédito sem fins lucrativos). A razão do seu sucesso é apontada por envolver o desenvolvimento de um marco regulatório assim como pelo fato de se ter acesso ao financiamento de longo prazo (a taxas “amigáveis”) junto aos bancos de desenvolvimento. Adicionando-se a isso, a prática de concessão de créditos de pequenos valores sem o uso de muita burocracia, assim como o fato de terem efetuado operações com baixos custos de transação que possibilitaram aumentar o seu grau de abrangência, obtendo economias de escala. Sendo assim, passou-se a desenvolver novos produtos, sendo eles adequados as demandas dos clientes (SALLES, 2003).

3.6.2 Sustentabilidade das Instituições de Micro-Crédito

O micro-crédito constitui uma forma de negócio de alto volume sendo que apresenta uma baixa margem de lucro. Daí torna-se necessário que as Instituições de Micro-crédito devam desenvolver produtos e sistemas que permitam uma maior abrangência como forma de alcançar economias de escala. Assim a Instituição pode-se tornar auto-sustentável (ICC, 2001).

Observando o esquema abaixo, a abrangência é alcançada com o decorrer do tempo, através de um desenvolvimento progressivo desde a *fase do arranque*, passando pela fase de *consolidação* e *expansão* das atividades até atingir a fase em que a *viabilidade comercial* é alcançada.

FIGURA 1 - DESENVOLVIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE MICRO-CRÉDITO



FONTE: ICC e Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Moçambique, 2001

Na *fase de arranque*, as instituições micro-financeiras delineiam as suas metodologias de trabalho, assim como são contratados os novos membros da instituição. Nesta fase, torna-se necessária uma assistência técnica, sendo que o *staff* de trabalho passa por uma fase de treinamento para saber como administrar a carteira da instituição.

Em seguida, introduzem o seu produto no mercado fazendo-se os primeiros empréstimos.

Na fase seguinte, que é a *fase da consolidação*, o produto encontra-se consolidado no mercado, assim como as metodologias de controle operacional e gerencial já se encontram desenvolvidas. As instituições passam a auferir receitas superiores aos seus custos operacionais. Daí as instituições começam a investir em outros ativos, diversificando as suas carteiras.

Na *fase de expansão*, as Instituições micro-financeiras passam a operar com economias de escala, almejando-se novas aplicações financeiras.

Por último, para se alcançar à *viabilidade comercial*, é necessário que os fornecedores de crédito e doadores tenham uma visão de negócio, devendo passar de projetos com objetivo de aliviar a pobreza para um plano estratégico de negócios com uma visão de fornecer serviços rentáveis.

As instituições micro-financeiras devem controlar a disponibilidade de seus fundos, e sempre buscar os objetivos de crescimento baseadas na procura do mercado (ICC, 2001, p. 14).

Para se atingir a viabilidade comercial, torna-se necessário que haja boa gestão e governança. A visão e objetivos da instituição devem ser esclarecidos para estabelecer os elementos de discussão entre o alívio de pobreza e a sustentabilidade financeira. É fundamental traçar estratégias de financiamento considerando a otimização da utilização dos fundos da Instituição (que na maioria provém de doadores) para se alcançar á viabilidade financeira (ICC, 2001).

Essas medidas são complementadas com a monitoração do desempenho das instituições micro-financeiras. Sendo assim, deve-se prestar atenção aos seguintes aspectos:

- a) *Abrangência* -- mede volume de negócio e penetração de mercado;
- b) *Qualidade de carteira* -- mede a saúde do produto principal da instituição -- a carteira;
- c) *Eficiência* -- mede a produtividade do pessoal e a eficiência das operações;
- d) *Rentabilidade* -- mede a capacidade de cobrir os custos e operar sem subsídios, e o retorno sobre os ativos no curto prazo (ICC, 2001).

Seguindo-se essas diretrizes, torna-se possível que a instituição possa alcançar o seu público alvo, que é a população pobre e os empreendedores de pequenas e médias empresas (PME's).

3.6.3 Origem do Micro-Crédito

A origem do micro-crédito deu-se no Sul da Alemanha em 1846, quando surgiu uma associação denominada Associação do Pão. Tal associação foi criada pelo pastor Raiffeisen, que fornecia farinha de trigo aos produtores de pão, podendo estes obter seu capital de giro, fugindo dos empréstimos dos agiotas. Ao longo do tempo transformou-se numa cooperativa de crédito para a população pobre (UNDP, 2003).

Já em 1900, no outro lado do mundo, mais precisamente em Quebec (Canadá), iniciou-se uma atividade deste gênero em que inicialmente fornecia-se um crédito de 26 dólares canadenses aos mais pobres. Tal Instituição denominava-se por Caisses Populaires. Atualmente conta com a participação de cinco milhões de pessoas contando com 1329 agências.

O caso de micro-crédito que teve um maior impacto na esfera mundial, ocorreu em Bangladesh, cuja realidade econômica não difere tanto da Moçambicana, sendo que:

Provavelmente, entre 1846 e 1976, muitas outras manifestações pontuais e isoladas devem ter ocorrido ao redor do planeta com características de micro crédito, porém o grande marco que desenvolveu, difundiu e serviu de modelo para popularizar o micro crédito foi a experiência iniciada em 1976 em Bangladesh, pelo Professor Muhamad Yunus²⁰. Observando que os pequenos empreendedores das aldeias próximas à universidade onde lecionava eram reféns dos agiotas, pagando juros extorsivos e, mesmo assim, pagando corretamente, o professor Yunus começou a emprestar a essas pessoas pequenas quantias com recursos pessoais, que depois ampliou, contraindo empréstimos. Com o passar do tempo, obteve ajuda de bancos e instituições privadas, criando, em 1978, o Grameen Bank e o modelo atual de micro crédito, que atualmente pode ser definido como sistema de crédito diretamente relacionado ao combate à pobreza, através do financiamento aos micro produtores, via grupos solidários, que prestam garantia mútua dispensando a garantia tradicional dos bancos. O crédito é evolutivo, podendo iniciar com US\$ 10,00, porém a média de empréstimo é de US\$ 100,00. As mulheres representam 96% dos clientes do Banco. Doze milhões de cidadãos de Bangladesh já foram atendidos pelos programas do Grameen. (UNDP, 2003).

²⁰ Professor Muhammad Yunus – um dos pioneiros e defensores das Instituições de micro-crédito no mundo. Yunus, zelava pelo combate a pobreza a nível mundial.

A partir da experiência do Grameen Bank (que contando-se com o auxílio das Instituições Internacionais como o Banco Mundial e o BID²¹), difundiu-se pelo mundo o serviço de micro- crédito. Espalhou-se pela América Latina e Central, África, e até em países ricos como a França e nos EUA. (UNDP, 2003)

3.6.4 Grameen Bank em Bangladesh e Outras Experiências a Nível Mundial

A instituição Grameen Bank, foi fundada em 1978 no Bangladesh. Esta instituição desempenhou um papel importante numa das nações mais pobres do mundo. Em Bangladesh a renda *per capita* da população ronda em torno dos duzentos dólares, sendo que 85% da população encontra-se nas regiões rurais ocupada pela agricultura. A taxa de analfabetismo atingia 90 % da população até 1997, sendo que 40% da população não conseguia atender as necessidades mínimas de alimentação (YUNUS, JOLIS, 1997, p. 7)

Vista esta situação econômica e social do país, surgiu a idéia de se criar um banco para emprestar dinheiro aos pobres (Grameen Bank). O professor Muhammad Yunus é que foi o mentor dessa idéia partindo do pressuposto de “...que a pobreza não teria lugar dentro de uma sociedade civilizada, mas sim em museus” (YUNUS; JOLIS, 1997). Entretanto, de 1978 a 1997 os serviços prestados pelo banco permitiram haver uma redução da taxa de incidência da pobreza em torno de 10% da população (doze milhões de habitantes). O sucesso foi tanto, que hoje em dia encontram-se espalhadas pelo mundo diversas instituições de micro-crédito, prestando serviços à camada pobre no interior das nações. Que de certa forma vem constituindo um mecanismo de combate à pobreza.

Muhammad Yunus, observou que os pobres tinham a capacidade de gerar rendas mínimas para o seu auto-emprego mediante a concessão de pequenos volumes de crédito. Sendo assim o número de beneficiários destes empréstimos tem aumentado.

No que concerne ao capital do banco, até 1994 ele apresentava a seguinte repartição: 90% de capital eram de particulares, 10% era de capital governamental. O corpo administrativo, era composto por treze membros liderados pelo Prof. Muhammad Yunus.

²¹ Banco Internacional de Desenvolvimento.

A Instituição contava até Dezembro de 1997 com 1.105 agências em trinta e oito mil aldeias, fornecendo empréstimos a 2,27 milhões de clientes, em que a taxa de inadimplência não passava dos 5%. (YUNUS; JOLIS, 1997, p. 334)

As taxas de juros cobradas sobre os empréstimos anuais atingiam o patamar dos 20% (1997), e de 8% nos empréstimos de dez anos destinados a obtenção de moradia. (YUNUS; JOLIS, 1997, p. 338-339)

3.6.5 Outros Exemplos

Na esfera mundial difundiram-se outras Instituições fornecendo o serviço de micro-crédito, sendo o caso do Banco da Bolívia (de vendedores urbanos, em 1986), a Fogapi no Peru (1979).

No Brasil, no âmbito da resolução nº 3.109 estipulada aos 30.07.03 pelo Conselho Monetário Nacional, as operações de micro-finanças destinadas à parcela populacional de baixa renda e a micro-empresendedores, poderão ser efetuadas por bancos múltiplos com carteira comercial, ONG's , SCM's²² , cooperativas de crédito, caixa econômica, etc.

A média da taxa de juros praticada no setor não poderá ultrapassar dos 2% a.m, sendo que atualmente ronda na casa dos 4% a.m (SALLES, 2003).

O valor deste crédito não poderá exceder os 500 reais para as pessoas físicas e 1000 reais para entidades jurídicas.

Porém, por mais favorável que seja o caráter social do serviço de micro-crédito, frente às taxas de juros que prevalecem no mercado interbancário brasileiro, torna-se inviável a opção do financiamento de micro-crédito com reduzidas taxas de juros (CARVALHO et al, 2003). A par disso, somam-se os custos operacionais envolvidos na operação e o risco de inadimplência que as instituições enfrentam. O fato de nessa atividade movimentarem-se quantias irrisórias, não conseguindo muitas das vezes cobrir os custos operacionais das instituições credoras, faz com que a participação dos bancos privados nessa área seja fraca (SALLES, 2003). Assim, a maior parte dos financiamentos é coberta pelas ONG's.

²² Sociedade de crédito aos micro-empresendedores.

4 SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO

Após a explanação da tipologia adotada por Carvalho et al referente aos modelos de sistemas financeiros existentes no mundo, o capítulo apresentará um estudo do Sistema Financeiro Moçambicano.

O capítulo será dividido em duas partes, sendo que a primeira delas envolverá os marcos da evolução do sistema financeiro em causa, e a segunda parte apresentará a evolução de indicadores financeiros no período 2000-2002.

4.1 MARCOS DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO

Segundo Comiche, a evolução do Sistema Financeiro Moçambicano nas últimas três décadas, pode ser dividida em três etapas:

- a) primeiramente teve-se a etapa que foi marcada pela criação de um Banco Central e Emissor em Maio de 1975, no âmbito do decreto número 2/75 de 17 de Maio, durante o governo de transição;
- b) a segunda fase (durante a transição ao socialismo), foi marcada pela reestruturação do Sistema Bancário Nacional em Dezembro de 1977, no âmbito das leis números 5 e 6/77, de 31 de Dezembro;
- c) a terceira fase (retorno ao capitalismo), foi caracterizada pela reforma do Setor Financeiro em Dezembro de 1991 e em Janeiro de 1992. Houve a separação Institucional das funções do Banco de Moçambique, que até então exercia em simultâneo as funções de Banco Central e Comercial, passando a exercer somente a função de banco Central. (COMICHE, 2001, p.2)

Numa primeira etapa, que se estendeu desde 1975 a 1977, Moçambique era uma nação recém independente (1975), sendo que havia vestígios da marca colonial no respectivo Sistema financeiro. Tais vestígios podiam ser notados pelo espírito seletivo na concessão de crédito por parte dos bancos privados existentes (baseados no elitismo e racismo), não atendendo uma grande parcela de demandantes dos recursos financeiros. Com isso, o sistema foi-se tornando ineficiente, não condizendo com as reais necessidades da economia (COMICHE,

2001, p. 2). Na época havia nove bancos, sendo que a sua maioria era de capital português e misto. Os Bancos da época eram : Instituto de Crédito de Moçambique, Caixa de Montepio e Banco de Fomento (eram bancos de fomento), Banco Standard Totta (Banco comercial, contando com acionistas sul africanos e portugueses), Banco Nacional Ultramarino (exercia papel de banco central e comercial) de entre outros.

No entanto, após a proclamação da independência de Moçambique em 1975, no âmbito do decreto número 2/75, o BNU²³ passou o seu património ao Governo de Moçambique, para o então Banco de Moçambique. Este passou a desempenhar as funções de Banco Central, assumindo também funções de banco comercial (LANGA, 1997, p. 54).

Em 1977, haja vista ineficiência do sistema financeiro, viu-se necessário tornar o Setor Bancário fundamental, enquanto instrumento Estatal para a canalização de recursos financeiros no País.

Foi nesse âmbito que se deu lugar a segunda fase, caracterizada pela reestruturação do Sistema Bancário, no âmbito das leis 5/77 e 6/77, em que constata a transferência dos patrimónios dos bancos privados (portugueses) para os bancos estatais. O número de bancos reduziu-se de nove para três, sendo eles :

- a) o Banco de Moçambique, que detinha o controle da política monetária assim como das operações com o exterior ;
- b) o Banco Popular de Desenvolvimento, prestando apoio ao programa de fomento do governo, financiando projetos na área da Agricultura, Habitação, Indústria e possibilitando alocação de recursos para o consumo alimentar mínimo da população. O seu capital foi proveniente do Caixa de Montepio e do Instituto de Crédito de Moçambique (Bancos de Fomento).
- c) e o Banco Standard Totta de Moçambique (único Banco Comercial -com capital misto de sul africanos e portugueses).

Durante uma década, o sistema financeiro Moçambicano foi dominado por estas três instituições em prol dos interesses Estatais. Porém, na década de oitenta

²³ BNU- Banco Nacional Ultramarino – defendia os interesses da metrópole nas suas colónias. Controlava as atividades bancárias , era emissor de moeda e desempenhava a função comercial (Langa, 1997, p. 51)

a economia Moçambicana começou a revelar-se insustentável. As políticas econômicas centralizadas que foram adotadas pelo 1º governo no pós-independência, tornaram-se ineficazes. O setor produtivo da economia²⁴, que se assentava na agricultura, apresentou resultados negativos. Os vultosos investimentos feitos na mecanização agrícola, não auferiram grandes retornos. A isso, adicionavam-se os reflexos do cenário internacional, que vinha de duas crises petrolíferas durante a década de setenta. O impacto que a crise de 1979 teve sobre a taxa de juros de empréstimos internacionais (sobretudo nos países emergentes, dos quais Moçambique faz parte) foi danoso, pois tornou estes mais devedores. E assim foi-se alastrando o montante de dívida de Moçambique mediante vultosos empréstimos feitos aos credores internacionais.

Vista essa precária situação econômica, o governo delineou o Programa de Reestruturação Econômica (PRE) em 1987, visando a liberalização econômica do país, abandonando-se as teorias socialistas. Essa mudança de vertente econômica, demandava alterações em outros setores da economia, sendo um deles o Sistema Financeiro²⁵. Este foi o ponto de partida para o início da terceira fase do processo de mudanças no Sistema Financeiro Moçambicano.

Entretanto, a terceira fase (Dezembro de 1991 e Janeiro de 1992), foi marcada pela reforma do Sistema Financeiro no âmbito do PRE, em que se viu necessário modificar a estrutura do Sistema Financeiro Moçambicano (via processo de privatizações), assim como foram tomadas medidas de liberalização financeira (liberalização da taxa de juros e de câmbios, em 1994) e reforçou-se o papel do Banco de Moçambique como Banco Central (tendo-se introduzido novos instrumentos de política monetária). Com isso visava-se:

- a) obter maior independência do Banco Central, dando-lhe maior margem de atuação, visando manter a estabilidade econômica. A par disso, também se pretendia aumentar o seu poder de supervisor e regulador bancário;

²⁴ Em 1975 o país apresentava um PIB per capita de 284 dólares, tendo caído para 145 dólares em 1984 (ROLIM et al, 2002, p.31)

²⁵ o setor bancário existente na época, não estava a mobilizar poupanças de modo eficiente e conseqüentemente condições para financiar os investimentos produtivos (Navalha, 2000).

- b) tencionava-se fomentar maior competição no sistema, via permissão da entrada de novos operadores no sistema bancário assim como pela privatização dos bancos Estatais (que se haviam tornado ineficientes). Com isso, almejava-se melhorar a prestação de serviços e ampliar a rede bancária, permitindo maior captação de poupanças e de outros recursos fundamentais para se obter um maior dinamismo da economia;
- c) paralelamente a esses pontos, objetivava-se desenvolver um sistema de pagamentos eficaz e melhorar o sistema de compensação;
- d) e por último, visava-se criar um mercado de capitais, buscando-se novas fontes de financiamento na economia, além da fonte tradicional de crédito.

O processo de reformas teve um acompanhamento legal, principalmente no que tange ao processo de privatizações dos bancos Estatais e o licenciamento para a entrada de novas instituições Bancárias no mercado.

O regulamento dessas reformas assentou-se nas seguintes legislações:

- a) Decreto número 21/89 de 23 de Maio - regulamenta a alienação de empresas²⁶ do Estado mediante concurso público e estabelece a organização administrativa do processo dessas alienações. Este decreto foi implementado com vigor a partir de 1992.
- b) Lei número 13/91 , de 3 de Agosto - que estabelece que empresas com participação Estatal, poderão tornar-se empresas do Estado, privatizadas ou extintas. Entrou em vigor em 1992.
- c) Lei número 15/91 - que estabelece normas sobre o licenciamento, reestruturação e redimensionamento de instituições de crédito, incluindo a alienação ou privatização. Sendo que em 1996/7, deu-se continuidade ao processo de privatização e o licenciamento de novas instituições de crédito, aumentando significativamente o número de operadores no sistema.

²⁶ Empresas do Estado: ao se fazer referência às empresas do Estado, incluem-se os patrimônios dos bancos Estatais.

- d) Decreto número 28/91, de 21 de Novembro, que regulamenta a Lei número 15/91, definindo o quadro jurídico-administrativo do processo de reestruturação bancária.
- e) Lei número 1/92, lei orgânica – que consiste na reestruturação das funções do Banco de Moçambique, deixando de assumir a carteira comercial, repassando ao Banco Comercial de Moçambique (BCM). Com este decreto, reforçou-se o papel do Banco de Moçambique como Banco Central, gestor de políticas monetárias, supervisor bancário, controlador de reservas externas, de entre outros atributos.

Ainda no decorrer da década de noventa, aprovaram-se outros decretos, tais como de regulamentação de contratos de locação financeira (decreto 45/95, em 1995). Foi aprovado o decreto que permitia a implantação de Escritórios de Instituições financeiras sediadas no Estrangeiro (número 36/96, em 1996), aumentando a concorrência no mercado bancário;

- a) em 1996 e 1997, criou-se o mercado cambial interbancário (M.C.I) e o mercado monetário interbancário (M.M.I) respectivamente;
- b) em 1997, introduziu-se um novo instrumento de política monetária - *open market*;
- c) em 1998, regulou-se o exercício de funções de crédito das pessoas singulares assim como coletivas (decreto número 47/98). Nesse mesmo ano, foi aprovada a legislação que permitia a criação dos mercados de Valores Mobiliários, assim como foi criado o regulamento que aprovava a institucionalização da Bolsa de Valores de Moçambique em 1998 (decreto número 49/98).

Por último, foi estabelecida em 1998 a legislação que regulamentava o papel das Instituições não bancárias na concessão de crédito. Não englobava todas atividades desenvolvidas por uma instituição bancária (receber depósitos, fomentar o comércio), mas sim, trabalhariam como guarda de valores dos clientes em troca do crédito a ser concedido, direcionando-se principalmente ao micro-crédito.

4.1.1 Os Impactos das Reformas Ocorridas no Setor Financeiro na Década de Noventa

São vários os pontos a ser desenvolvidos ao se avaliar os impactos das reformas ocorridas no sistema financeiro Moçambicano, durante a década de noventa. No entanto, o trabalho focalizará a caracterização do sistema financeiro Moçambicano (mediante a tipologia atribuída por Carvalho et al) após o implemento das reformas. Também procurará retratar o ambiente competitivo do mercado bancário, diante do processo de privatizações e da entrada de novos operadores no mercado bancário.

Após a implementação das reformas no sistema financeiro Moçambicano, o Sistema veio-se tornando mais segmentado, contando com mais instituições operando nos mercados financeiros. Até 1990, existiam três instituições operando no sistema bancário, exercendo cada uma delas múltiplas funções. Após serem efetuadas as reformas dentro do setor, de 1990 aos dias de hoje o sistema passou a contar com a participação de 60 instituições Financeiras Bancárias e não Bancárias (vide anexo 1), incluindo onze bancos comerciais, um banco de Investimento, cinco cooperativas de crédito, três sociedades de Investimento, três sociedades leasing e foram criadas e trinta e seis casas de câmbio (COMICHE, 2001). Entretanto, por mais que tenham entrado novos operadores que vem atuando em segmentos específicos, nota-se a presença de certos bancos operando tanto com a carteira comercial como com a carteira de investimentos, apresentando características de um banco universal (caso do grupo BIM - Banco internacional de Moçambique). Quanto à forma de financiamento, se baseado em mercado de capitais ou em crédito, o Sistema Financeiro Moçambicano (S.F.M) apresenta um modelo típico dos sistemas baseados em crédito, não obstante estar vindo a crescer um pequeno mercado de capitais no sistema.

Quanto ao mercado bancário, mediante o processo de privatizações dos Bancos Estatais e da entrada de novos operadores no sistema, a concorrência tornou-se acirrada, melhorando-se a qualidade de produtos e serviços ofertados ao público assim como se enriqueceu o *portfólio* dos bancos (diversificando as suas carteiras, consoante a minimização de riscos). Uma vez ocorrido o processo de privatizações, assistiu-se a redução do grau de estatização bancária (o estado

passou a deter cerca de 30% dos ativos bancários em contrapartida dos 90% que vinha gerindo desde a época socialista - isso nos finais dos anos noventa).

Haja vista o clima competitivo, as instituições passaram a apostar na inovação, introduzindo-se o sistema de caixas automáticas, emissão de cartões de débito e de crédito, efetuar-se operações on-line facilitando aos clientes operações de saques e depósitos.

Também, assistiu-se a uma expansão da cobertura bancária a nível territorial, via criação de novas agências. Porém, tal expansão não atingiu em grande escala nas regiões rurais.

A par destas mudanças na estrutura do sistema financeiro, em que se passou a contar com a participação de um maior número de operadores, demandou-se uma maior supervisão e regulação bancária. Para se manter a solvabilidade do sistema, assim como a preservação do valor da moeda Nacional (metical) o Banco Central de Moçambique, vem intervindo no mercado monetário persistentemente.

Durante grande parte da década de noventa, a conjuntura econômica apresentou uma tendência de inflação crescente, sendo derivada em parte pelos choques de oferta (desastres naturais), assim como pela desvalorização do metical face ao dólar. Diante desse panorama, o Banco de Moçambique em 1994 passou a adotar medidas restritivas para o combate a inflação, elevando a taxa de juros²⁷ e estipulando elevadas taxas de reservas obrigatórias junto às instituições bancárias. Isto gerou custos sobre o lado real da economia.

Quanto ao volume de crédito concedido a economia, este sofreu uma redução de 80% entre 1986 e 2000. A título de exemplo, na agricultura que constitui um setor chave da economia Moçambicana, ocorreu uma queda no volume de crédito em termos percentuais de 48% do PIB em 1987 para 19% do PIB em 2000 (Comiche , 2001, p.14). Ainda no âmbito da distribuição do crédito, as instituições bancárias passaram a priorizar as grandes empresas na concessão de empréstimos em detrimento das pequenas e médias empresas (PME's). O mesmo se sucedeu com o volume de depósitos bancários, que reduziu em 68% se comparados os anos 1987 e 2000. Entretanto, a redução do volume de crédito cedido à economia pode

²⁷ Em 1994, a taxa de juros foi liberalizada, em que se buscava adquirir um spread bancário recomendável a nível internacional.

ser explicada também pelo fato da concessão de crédito ter passado a ser mais seletiva, deixando de ser em prol dos interesses Estatais, passando a destinar-se a projetos que apresentassem maior rentabilidade e pouco risco.

A isso, adiciona-se a política de juros adotada nesse período de tempo, em que ao se combater a inflação (originária em parte pelas crises ocorridas no cenário internacional (crise Mexicana, crise Asiática, crise Russa), elevou-se a taxa de juros. Diante das políticas austeras adotadas pelo Banco Central, foi possível combater a inflação que em 1987 atingia a faixa dos 180% a.a, baixando para patamares como 10% em 2002.

Um terceiro fator que explica a redução do crédito na economia, foi a adoção de políticas severas pelo Banco Central, exigindo elevados rácios de reservas obrigatórias, assim como elevadas taxas de redesconto.

Essas atitudes tomadas pelo Banco de Moçambique (B.M), evitam a ocorrência dos riscos sistêmicos. Constituem medidas prudenciais adotadas pelo B.M, sendo que este passou a acompanhar o desenvolvimento das atividades das Instituições de crédito (em 1996, foi criado no Banco Central de Moçambique, um departamento que manuseia informações inerentes a carteira de riscos de crédito das Instituições). Estabelecem rácios de solvabilidade e concentrações de riscos para as Instituições Financeiras. Os serviços de supervisão financeira em Moçambique, vêm contando com apoio técnico das Instituições de Bretown Woods.

No mercado financeiro foi criado o Mercado Monetário Interbancário (M.M.I) em 1997, passando a sinalizar a taxa de juros básica da economia. As operações desse mercado, ocorrem dentro do mercado primário, permutando-se liquidez via negociação de títulos de tesouro Nacional e títulos de autoridade monetária. Assim ao longo do dia, as instituições envolvidas equilibram os seus excessos e insuficiências de reservas.

Ainda no mercado financeiro, antes da criação do M.M.I, foi criado em 1996 o Mercado Cambial Interbancário (M.C.I) que regulamentava a base legal das Instituições permitidas a operar com a compra e venda de moedas estrangeiras. Hoje em dia, estão envolvidas nessa operação: o B.M , alguns bancos comerciais e trinta e seis casas de câmbio.

A Bolsa de Valores de Moçambique conta com a intervenção de poucas entidades jurídicas, sendo que se encontra numa fase de consolidação legal, assim como operacional.

Outro ponto a ser focalizado, diz respeito à implementação do Programa de Reestruturação do Sistema Nacional de Pagamentos.

Um sistema de pagamentos tem a função de canalizar recursos bem como processar e liquidar os pagamentos dos diferentes agentes econômicos, sejam eles de natureza física ou jurídica. Hoje em dia, os mutuários do sistema bancário, efetuam os pagamentos com folhas de cheques. Contudo, vem-se procurando melhorar o sistema de informática com o objetivo de se introduzir um sistema de pagamentos baseado em operações on-line, utilizando-se cartões de débito e de crédito, buscando a similaridade do modelo adotado no Brasil (modelo de Transferência Eletrônica Disponível).

Comiche ao fazer uma avaliação dos impactos das reformas do sistema financeiro, enfatiza o fato de que a melhora na prestação de serviços financeiros, possibilitou maior atração de capital estrangeiro. Isto por sua vez contribuiu positivamente no crescimento da economia Moçambicana.

Por outro lado, houve uma elevação na circulação do dólar americano no mercado, dado que os depósitos em moeda estrangeira correspondiam a 55,3% dos depósitos totais²⁸ em 2001.

4.2 CASO BCM E BPD

Um dos grandes marcos do processo de reforma do setor financeiro na década de noventa, foi a reestruturação dos Bancos Estatais. Com isso, visava-se alocar os recursos não de acordo com os setores prioritários do Governo, mas sim onde se poderia obter maior rentabilidade. Dessa forma, criaram-se oportunidades para ação do setor privado, entrando novos operadores no mercado bancário que defendiam também os interesses do setor privado.

Teve-se o caso específico do BCM²⁹, que desde a independência (1975) esta instituição encontrava-se atrelada ao B.M³⁰, desempenhando as funções de

²⁸ Essa porcentagem dos depósitos em moeda estrangeira são referentes ao ano de 2001.

²⁹ BCM - Banco Comercial de Moçambique.

banco comercial. Passados alguns anos da aprovação do decreto 15/91 (vinculado ao processo de privatizações e reestruturações das entidades com participação estatal), o BCM deixou de estar interligado ao B.M, passando a ser administrado pelo BCP³¹ em 1996. O mesmo se sucedeu com o BPD³², que foi privatizado (após um concurso público para sua venda), sendo que os maiores acionistas passaram a ser Malaio³³. No decorrer do tempo, após a aquisição destes bancos por terceiros, estes passaram a disponibilizar produtos e serviços de melhor qualidade.

Com a entrada de outros operadores no circuito bancário (instituições privadas com capital social majoritariamente estrangeiro), aumentou-se a competitividade do setor, sendo que recentemente (nos últimos três anos) , assistiu-se a fusão do BCM e o do BIM (Banco Internacional de Moçambique, que já operava no mercado), apostando-se numa nova onda de inovações.

Machungo (Presidente do Conselho de Administração do Grupo BIM), ao analisar o desempenho do BIM e do BCM, notou que nos últimos anos, este grupo ganhou sustentabilidade, diante de implemento de novas tecnologias. Introduziu-se o sistema de operações on-line, cartões de débito e de crédito, meios automáticos de pagamentos (estes meios de pagamentos ainda não estão bem consolidados), ampliando a rede de distribuição e cobertura, disponibilizando de um serviço rápido e seguro. Com isso visava-se atender as diversas necessidades da clientela, mediante a oferta de um leque diversificado de produtos e serviços, em que por outro lado, investiu-se na capacidade dos R.H's (recursos humanos), constituindo um fator fundamental do sucesso do BIM face às demais instituições Bancárias.

Vistas essas apostas, nos últimos anos a Instituição conquistou uma posição privilegiada no mercado bancário, tornando-se responsável por 50% do crédito cedido pelo setor bancário e 52% dos depósitos captados pelo mesmo setor (KPMG, 2003, p. 5).

³⁰ B.M- Banco de Moçambique.

³¹ Banco Comercial Português.

³² BPD- Banco Popular de Desenvolvimento, ver em relatório do governo, 2001.

³³ Southern Bank Berhard da Malásia.

Quanto ao BPD, foi um Banco que durante uma boa margem de tempo disponibilizou recursos para as políticas de fomento agrícola, industrialização e manutenção de consumo mínimo no meio rural durante a República Socialista.

Passados três anos da aquisição deste banco pelos malaianos, a referida instituição passou a apresentar uma dinâmica pouco promissora. Isso culminou numa deterioração dos indicadores financeiros, caracterizados por baixa solvabilidade (em parte devido à existência de créditos mal parados), contando com a posterior intervenção do Banco de Moçambique.

Recentemente foi leiloadado, encontrando-se sobre administração da ABSA (Banco de Capital Sul Africano), que por sua vez vem apostando na reestruturação do Banco.

4.3 DESEMPENHO DO SETOR FINANCEIRO MOÇAMBICANO (2000 - 2002)

A evolução do sistema financeiro moçambicano na última década (década de noventa), reflete necessariamente as opções de política do governo e a crescente capacidade institucional de intervenção do Banco Central. As leis das instituições de crédito (1991), a liberalização da taxa de juros (1994), a privatização das Instituições financeiras (iniciada em 1991, porém contando com maior número de privatizações em 1996 e 1997) e a adoção do uso de instrumentos de controle indireto pelo banco Central, entre outros mecanismos, foram passos importantes para a sofisticação e competitividade do setor bancário, assim como para a modernização do sistema de pagamentos.

Após a breve explanação da evolução estrutural do sistema financeiro Moçambicano durante a década de noventa, será analisado o comportamento de alguns indicadores financeiros (dimensão, operacionalidade e de rentabilidade)³⁴ no período compreendido entre 2000 –2002. Para tal, a análise será baseada numa amostra das onze instituições financeiras que tiveram melhor desempenho no período 2000-2002. Ressalvando-se que a maioria destas instituições surgiu após

³⁴ Vide anexo 2 e 5 – Desempenho das instituições financeiras.

1995, em virtude do processo de abertura do mercado bancário Moçambicano, passando a ser dominada pelas instituições privadas (a maioria de capital misto).

No período compreendido entre 2000 e 2002, o setor bancário apresentou o seguinte comportamento:

a) Dimensão:

Ativos totais³⁵: Analisando as tabelas (6, 7, 10 e 11), pode-se notar que nesse período o volume total dos ativos no setor bancário cresceu, sendo que entre 2000 e 2001 se registrou uma variação de 36 %, correspondendo a uma elevação 22.023.995 milhões de MZM³⁶ (917 milhões de dólares) para 29.974.379 milhões de MZM (1.248 milhões de dólares americanos). No entanto esse crescimento foi originado pelo aumento da procura do crédito (que foi de 35, 82%), assim como pelo aumento dos depósitos (que foi de 37,82 %). Entretanto, na virada de 2001 para 2002, assistiu-se a uma redução da taxa de crescimento dos ativos totais (tendo sido de 10,99%), sendo explicada em grande medida pelo fato de nessa época um dos bancos mais ativos no mercado ter passado por uma fase de reestruturação – Banco Austral. Outro fator determinante, foi o aumento da participação dos ativos médios remunerados, que passou de 35% em 2001 para 62% dos ativos totais em 2002³⁷.

A instituição que apresenta maior volume de ativos é o BIM, seguido do banco Standard Totta.

Crédito³⁸: No ano de 2001, a economia moçambicana apresentou um crescimento econômico bastante significativo (13,9 %), suscitando o aumento da procura do crédito para o consumo e para o investimento. O volume de crédito concedido pelo setor bancário cresceu em 35, 82 % nesse período. No entanto nos finais de 2001 , o governo aplicou políticas monetárias austeras, visando conter a inflação que atingia o patamar dos 21,9% (medidos em IPC) , elevando a taxa de juros que culminou na redução da oferta de crédito. A oferta de crédito em moeda nacional decresceu em 30%. Não obstante, a elevação da taxa de juros

³⁵ Vide tabelas- 6, 7, 10 e 11.

³⁶ MZM – metical (padrão monetário moçambicano).

³⁷ Revista KPMG, 2002, p. 4.

³⁸ Evolução do crédito total: tabelas: 6, 7, 10 e 11 .

acompanhada de uma reduzida apreciação do dólar, proporcionou a entrada de divisas no país, expandido-se a oferta do dólar norte americano.

Quanto à distribuição do crédito na economia o BIM, ocupou a primeira posição controlando 54,7% (7.516.341 milhões de MZM/ 313.180.000 USD\$) em 2002.

No tocante a distribuição do crédito na economia Moçambicana, o economista Neves faz comentários, no sentido de que grande volume do crédito bancário encontra-se concentrado num reduzido número de grandes instituições (vide tabelas 4 e 5). E no entanto, a sua alocação obedece a critérios seletivos, não sendo direcionada aos setores que empregam a maioria da população (agricultura). Outro aspecto focado por ele diz respeito à tendência da elevada taxa de juros prevalecente no mercado, desestimulando a concessão de empréstimos para as pequenas e médias empresas. Estas ficam a margem destes empréstimos, sobrando somente para as grandes empresas. (NEVES, 2003)

Ele aborda a questão dos créditos mal parados, que atualmente constituem cerca de 200 Milhões de Dólares no setor bancário, sendo um entrave ao crescimento econômico do país, visto que não são aplicados no lado produtivo da economia.

Depósitos³⁹ : Houve um crescimento acumulado dos depósitos (em metical) na faixa dos 50%, mostrando o aumento da confiança dos agentes econômicos em relação às instituições bancárias. Os depósitos à vista corresponderam por 78% dos depósitos totais.

Esse aumento dos depósitos, deveu-se em parte pela reprivatização do Banco Austral (que se encontrava em crise de solvabilidade), assim como pelo fato de terem aumentado os depósitos em moeda estrangeira (54% em dólar norte americano).

O BIM e o Banco Standard Totta (ambos os bancos contém acionistas estrangeiros) é que possuem a maior parcela dos depósitos no sistema bancário (dois terços do valor total de depósitos – vide tabelas 4 e 5).

³⁹ vide tabelas: 6, 7, 10 e 11.

Fundos próprios⁴⁰: Nas contas dos fundos próprios, o Banco Standard nos anos 2000 e 2001 encontrava-se colocado na primeira posição. Entretanto, em 2002 o grupo BIM passou liderar, tendo em vista a fusão que ocorreu entre esta instituição e o BCM, que já detinham grande cota do mercado de depósitos e de crédito anteriormente.

Porém o setor ainda não atingiu um rácio que lhe dê sustentabilidade a longo prazo.

b) *Operacionalidade* (2000- 2002)⁴¹: No tocante a operacionalidade, as instituições tornaram-se mais eficientes sendo que se apostou na informatização das redes bancárias. Com isso houve uma redução significativa de trabalhadores nas instituições bancárias. Contudo, o rácio de eficiência (custos operacionais/ receitas totais) esteve na faixa dos 60% em 2002

c) *Rentabilidade*⁴²: Segundo NEVES, as receitas setor interbancário Moçambicano são oriundas das elevadas taxas de juros (estas, que por sua vez cobrem os custos operacionais das instituições bancárias) que prevalecem no mercado bancário, em decorrência do carácter oligopolista presente (poucos bancos detendo maiores quotas de mercado - é o caso do grupo BIM e do Banco Standard Totta).

Os *spreads* das taxas de juros de captação e de aplicação dos recursos, surgem como uma outra fonte de receitas para as instituições bancárias. Olhando-se para as tabelas 8 e 9, pode-se acompanhar a evolução dos *spreads* bancários na seguinte trajetória: em 2000 o *spread* bancário do conjunto das instituições em estudo era de 2,9 %, já em 2001 passou a ser de 4,16 % e finalmente em 2002 deu um pulo para 9,16%.

No entanto a variação dos resultados líquidos nesse período foi a seguinte:

Variação dos resultados líquidos:

A variação dos resultados líquidos no período compreendido entre 2000 e 2002 foi decrescente, sendo que em 2002 houve uma variação negativa de 156%. Isso se deu devido ao saneamento de créditos, efetuado pelo Banco Central (Banco

⁴⁰ vide tabelas 4 e 5.

⁴¹ vide tabelas: 8 e 9.

⁴² vide tabelas : 6 e 7.

de Moçambique), aumentando-se os rácios da reservas obrigatórias. Apesar disso, registraram-se alguns resultados positivos, sendo o caso do Banco Standard Totta (BSTM). Esta instituição apresentou a maior margem de lucros do setor (40% do total), sendo que aumentaram 41,7% da rentabilidade dos capitais próprios.

d) *Indicadores de solidez*⁴³: O setor bancário aumentou em grande amplitude o seu grau de solvabilidade de 2000 a 2002 , passando negativamente de 1,69% para 13,93% (positivos) em 2003.

Após a exposição da evolução desses indicadores, conclui-se que após o processo de reformas decorrido na década de noventa, o setor bancário Moçambicano passou a ser controlado por um número reduzido de instituições financeiras. Essas novas instituições dominantes do mercado interbancário, são na maioria de capital misto. Hoje em dia, o setor bancário moçambicano conta com a participação do Banco Comercial Português, Banco Santander Central Hispânico e Banque National de Paris, tendo escritórios de representação do banco HSBC do Reino Unido e da EFISA de Portugal. Por exemplo, o grupo BIM (fusão do BIM e do BCM - interligados ao BCP), passou a deter o controle das maiores quotas no mercado de crédito, de depósitos bem como detém o maior volume de ativos do setor bancário. Assim como o BSTM (contando com capital misto português-majoritário, sul africano e moçambicano) tem apresentado maior grau de rentabilidade líquida há mais de dois anos. A par disso, se forem analisadas as tabelas (1 , 2 e 3 do anexo 2), consta que no ranking das instituições que apresentaram maior desempenho no setor bancário no período 2000-2002, essas duas Instituições supracitadas (Grupo BIM e BSTM), apresentaram um maior volume de negócios⁴⁴ e de ativos líquidos⁴⁵. Com efeito, isso mostra que a taxa de participação estrangeira⁴⁶ vem aumentando, sendo que o setor bancário passou a ser controlado pelos bancos privados em detrimento da participação Estatal. Visto o processo de reformas, em que se assistiu a privatização dos dois bancos estatais existentes na época (inícios da década de noventa), sendo eles o Banco Comercial

⁴³ Indicadores de solidez: vide revista KPMG, 2002, p.12.

⁴⁴ Volume de negócios: vide glossário.

⁴⁵ Ativos líquidos: vide glossário.

⁴⁶ A taxa de participação estrangeira não se encontra disponível no momento, pois um elevado nº de instituições financeiras carece de dados contabilísticos.

de Moçambique e o Banco Popular de Moçambique, o setor bancário estatal transferiu grande parte de seus ativos para o setor privado. Sendo assim, o Estado passou a controlar um percentual de aproximadamente 30 % dos ativos totais, tendo vindo a declinar nos últimos anos.

Seguindo-se a trajetória dos indicadores de dimensão e de operacionalidade, o setor bancário tem progredido nos últimos anos. O fato do volume de depósitos e créditos do setor ter aumentado. Isso simboliza o crescimento do setor como um todo em termos dimensionais. Por outro lado, esse aumento do volume de crédito, foi fruto da entrada de novos operadores no sistema como o BIM leasing. Quanto à operacionalidade, o setor bancário tem vindo a reduzir os custos operacionais, buscando obter ganhos de escala via aumento de eficiência e obtenção de maior abrangência de serviços.

No que tange a rentabilidade do setor, os indicativos dos últimos anos não foram saudáveis, sendo que boa margem das instituições apurou um resultado líquido negativo, influenciando nos respectivos graus de solvabilidade. Daí, advém a importância do papel a ser desempenhado pelo Banco de Moçambique (Banco Central), na medida em que este buscará controlar a carteira de riscos das instituições bancárias, tornando-as solúveis.

Numa avaliação feita por João Filipe Mayer⁴⁷ no que concerne a evolução do setor financeiro nos últimos oito anos, enfatiza o fato do setor encontrar-se em desenvolvimento, sendo que passou de nacionalizado contando com poucos operadores (e pouco sofisticados) para um setor privatizado com um elevado nível de concorrência (KPMG, 2002, p. 32). Contudo, caberá as Instituições Bancárias apostarem em inovações financeiras, preconizando a busca de maior volume de recursos próprios.

⁴⁷ João Filipe Mayer: Administrador delegado do BSTM.

5 MICRO-CRÉDITO EM MOÇAMBIQUE

Esta parte do trabalho, envolverá um estudo sobre o serviço de micro-crédito prestado em Moçambique. O tema torna-se interessante na medida em que vai de encontro com a questão social relativa a pobreza.

Moçambique, é um dos países mais pobres do mundo, sendo que a maioria da população vive em regiões rurais (80% da população) na base da agricultura de subsistência. Porém, dentro dessa parcela populacional que habita no mundo rural, 70% dela encontra-se sobrevivendo sob condições de pobreza absoluta e não tem acesso aos canais formais de crédito⁴⁸. O não acesso a serviços financeiros por parte desta parcela populacional que apresenta baixíssima renda, explica-se pelo fato de que no sistema bancário convencional serem exigidos elevados saldos mínimos/médios para poder manter uma conta bancária e envolverem altos custos de transação. A par disso, há a questão burocrática exigindo-se um certo nível acadêmico do demandante para poder preencher os formulários. A isso, se adiciona o fato de existir uma diminuta expansão geográfica das instituições do setor formal (NAVALHA, 2000, p. 1). Daí surge à importância de procurar entender como as instituições de micro-finanças (micro-crédito) têm atuado em Moçambique, visto que constituem um meio de combate à pobreza.

Ao constatar-se que a falta de serviços financeiros no meio rural constitui um grande constrangimento ao desenvolvimento sócio-econômico do país, o governo Moçambicano passou a delinear vários projetos em parceria com o setor privado e de ONG's, visando erradicar a pobreza no país.

Desde a proclamação da independência de Moçambique em 1975, que o governo direciona as suas atenções para as regiões rurais. Nessa época, foram feitos vários investimentos para a mecanização da agricultura visando elevar a sua produtividade e criar a auto-sustentabilidade da população pobre. No entanto, não foram bem sucedidos, pois a falta de técnicos especializados na área de agricultura intensiva, fez com que este setor apresentasse baixa rentabilidade, agravando a situação social dos habitantes desse meio. Os investimentos no meio rural não só

⁴⁸ A falta de acesso aos canais formais de crédito, induz a população a recorrer aos mecanismos informais de intermediação financeira (Navalha, 2000, p.26).

eram feitos na área agrícola, mas também na área de saúde e educação, sendo que nestes dois tecidos sociais houve uma progressão significativa.

Nessa época o sistema era constituído por poucas instituições bancárias (três Instituições Bancárias), sendo que uma delas fomentava o desenvolvimento nas áreas rurais, disponibilizando recursos via o Ministério da Agricultura. Mas pelo fato do regime adotado pelo governo dessa época ser centralizado, não havia canalização direta de recursos entre as Instituições financeiras e o público, sendo que havia uma falta de cobertura nessas áreas. Daí surgia o papel das cooperativas, estas que redistribuíam os alimentos pela população. Porém, existiam pequenas cooperativas de crédito, contando com o apoio de missionários de algumas igrejas (é o caso do padre Gallipoli de descendência Italiana – hoje membro ativo na União Geral de Cooperativas), em que os seus membros desenvolviam pequenas atividades (artesanato, agricultura em pequenas escalas), visando ganhar auto-sustentabilidade.

Já em 1990, durante a virada de uma economia planificada para uma economia de mercado, diagnosticou-se que o nível de pobreza havia-se agravado, levando-se a cabo a elaboração do PRES, que se viu acompanhada de uma reforma no sistema financeiro (tema já narrado). Desde então aos dias de hoje, a questão da fraca ou inexistente expansão dos serviços financeiros para essas áreas mantém-se. Embora haja algumas iniciativas viáveis no que se refere à cobertura de serviços financeiros nessas áreas (rurais), de forma genérica o governo não tem criado um ambiente necessário para promover o desenvolvimento de serviços financeiros. Por seu turno o setor privado vê mais riscos do que oportunidades nas áreas rurais, sendo que os parceiros de cooperação é que geralmente tem movido certas ações, contudo não conseguindo atender a grande demanda existente. Surgindo daí a questão de como financiar o micro-crédito em Moçambique, sobretudo no meio rural.

5.1 MICRO-FINANÇAS EM MOÇAMBIQUE: DEMANDA, OFERTA E A RESPECTIVA LEGISLAÇÃO.

A importância atribuída as Instituições que prestam serviços de micro-finanças em Moçambique, provém do reconhecimento do papel que estas instituições podem desempenhar para o desenvolvimento rural, através da

ampliação das oportunidades de aumento de renda e facilitando a aplicação das poupanças em atividades produtivas relacionadas com a criação do bem-estar ao nível das famílias mais pobres (ICC, 2001).

O micro-crédito não é visto como uma panacéia para a redução da pobreza, mas pode realmente contribuir para a melhorar o padrão de vida e proporcionar a inclusão sócio-econômica das famílias pobres.

No entanto, até 1998 a atividade de micro-finanças⁴⁹ se encontrava numa fase incipiente, sendo que muitas instituições operavam à margem da legislação bancária (INDER, 1998). O seu crédito era destinado majoritariamente aos pequenos empresários, comerciantes que habitam as regiões urbanas, assim como para pequenos produtores agrícolas do mundo rural (aqui em baixa magnitude).

A maioria das instituições dependia de subsídios e doações das Organizações não governamentais (ONG's), tendo uma pequena abrangência no nível de mercado consumidor assim como na sua cobertura geográfica.

A par disso, as instituições micro-financeiras eram frágeis no que tange a capacidade de gestão financeira, apresentando uma fraca estrutura de propriedade, de administração e fracos sistemas operacionais e de planificação.

5.1.1 Demanda/Oferta dos Serviços de Micro-Crédito em Moçambique

Os maiores necessitados pelos serviços de micro-crédito, encontram-se nas regiões rurais, nas quais vivem 80% da população moçambicana, sendo que os habitantes deste meio encontram-se isolados e sobrevivem em condições precárias. Por volta de dois terços dessa população não tem acesso a água potável e estão submersos num mundo de pobreza absoluta (INDER, 1998, p. 22-23). Cerca de 90% da população que vive no mundo rural dedica-se a agricultura de subsistência, a pesca e a criação de gado, vindo daí as suas rendas.

Entretanto, esta parcela populacional sofre dificuldades no que concerne ao acesso a serviços de micro-crédito. As autoridades governamentais, o setor privado (sobretudo bancário) não tem correspondido a essa forte demanda. As razões disso são em função de que:

⁴⁹ Ao se fazer referência a micro-finanças, encontra-se embutido o serviço de micro-crédito. Em Moçambique a grande maioria das Instituições de micro-finanças, desempenham fundamentalmente a função de fornecedoras de micro-crédito.

- a) na área rural, as infra-estruturas de transportes e de comunicação são precárias, dificultando a implantação de uma instituição micro-financeira;
- b) a par disso, a população da área rural encontra-se dispersa, adicionando custos operacionais (custos de deslocação) às instituições micro-financeiras;
- c) esse meio carece de acesso a mercados, somando-se ao fato de que a população desse meio só vive de consumo de produtos primários, não manuseando excedentes monetários (INDER, 1998).

Sendo assim, os bancos comerciais e muitas outras instituições financeiras não apostam nas micro-finanças pois vêm como um risco, pelo fato de não terem garantias sólidas, além de envolverem elevados custos operacionais que não são compensados com as receitas típicas deste tipo de serviço. Entretanto elas preferem investir em outras áreas que lhes auferem menos riscos (empréstimos ao estado e a grandes empresas), descartando as pequenas e médias empresas (NEVES, 2003, p. 23).

Em face desse problema vivido no meio rural, o governo moçambicano traçou em 2003 um **programa de apoio às finanças rurais**, que consiste num enquadramento político, institucional e de financiamento para a promoção do investimento no meio rural. No entanto caberá ao governo providenciar um ambiente adequado para atrair capital, ao setor privado caberia dirigir o processo. Esse programa engloba toda a população pobre e também ativa, buscando explorar os seus potenciais. Será dado apoio via empréstimos, donativos, formação de recursos humanos. Também, tenciona-se estabelecer grupos comunitários de poupança cumulativa e de crédito, assim como se busca o fortalecimento das associações financeiras rurais e caixas econômicas.

Oferta:

Os serviços de micro-crédito são fornecidos na grande maioria aos micro-empresários e comerciantes das regiões urbanas. As micro-empresas do meio urbano, são geralmente compostas por cinco ou mais membros que trabalham em pequenos estabelecimentos denominados por “barracas”, vendendo diversos produtos (bebidas alcoólicas, produtos de beleza, etc). É certo que alguns estão autorizados a exercer este tipo de serviço, enquanto que outros não. Porém, continuam inundando as cidades e o canal informal de crédito torna-se uma base de

sustentação da grande maioria desse conglomerado populacional. Isto pode ser explicado também, pelo fato de que na década de noventa as autoridades monetárias adotaram políticas monetárias restritivas, diminuindo a alocação de crédito na economia. Isto fez com que se aumentasse a demanda por crédito no setor informal.

Entretanto, as instituições de micro-finanças tornam-se mais viáveis ao operar nas regiões urbanas do que nas áreas rurais, pois existe uma elevada concentração de micro-empresas trabalhando em mercados organizados (Maputo, Beira, Nampula).

Quanto à oferta dos serviços de micro-finanças prestados em Moçambique, até 1998 contava-se com um conglomerado de 25 instituições⁵⁰.

Os seus empréstimos médios variavam dos 500 dólares americanos a 1000 dólares americanos, alocando-se a uma taxa de juros que variava dos 10% a 60% a.a. Os empréstimos eram feitos na maioria a grupos de pessoas (5 a 20 pessoas), sendo que os termos de garantia eram expressos em função de grupos solidários.

A principal fonte de financiamento dessas instituições provinha de doações pelas ONG's.

Legislação: as instituições de micro-finanças em Moçambique encontram-se organizadas da seguinte forma: a maioria são projetos de ONG's, algumas registradas como associações, fundações, ou cooperativas de crédito. Outros são projetos governamentais,

Até 1998, a base legal para muitas instituições era precária, sendo que muitas instituições trabalhavam carecendo de um aparato legal.

5.2 MICRO-CRÉDITO EM MOÇAMBIQUE (1998-2001)

Em 1998 foi aprovado o decreto 47/98 do Banco de Moçambique e o aviso Nº 1/GGBM/99, que anunciava a participação de instituições de micro-finanças no sistema financeiro.

Segundo o estudo feito pela International Corporation Capital (ICC), desde então, houve mudanças consideráveis no setor de micro-finanças. Foram elas:

⁵⁰ Vide anexo 6

- a) A criação de novas instituições de micro-finanças e a saída de outros que a vinham operando⁵¹;
- b) houve um crescimento do setor em termos de abrangência e viabilidade financeira;
- c) ocorreram mudanças no sector financeiro formal nos últimos anos, que foi caracterizada pela privatização de alguns Bancos e surgimento de novos operadores no tecido bancário;
- d) acompanhou-se a ampliação da rede urbana e a redução da cobertura nas regiões rurais;
- e) assistiu-se a uma forte intervenção dos doadores, tendo fornecido US\$5 milhões para apoiar o desenvolvimento técnico e o crescimento das IMF's através dos projetos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), MicroStart e Upstream, e da Agência Canadiana para Desenvolvimento Internacional (CIDA) e Mozambican Microfinance Facility (MMF);
- f) surgiram as seguintes instituições: Fundo de Crédito Comunitário (FCC) financiado pela United Nations Capital Development Fund (UNCDF) com US\$ 2,4 milhões e o Novo Banco com um capital de US\$1,5 milhões (ICC, 2001).

Passados três anos (data inicial de 1998), a grande maioria dos operadores continua ainda na **fase de arranque**, e só alguns já se encontram na **fase de consolidação**. A maioria das Instituições que operam com as micro-finanças em Moçambique, são novas sendo que apenas duas estão no mercado há mais de seis anos e dez há mais de três anos (ICC, 2001).

O grau de abrangência das Instituições de micro-crédito passou a ser maior relativamente aos anos retrasados. O número total de clientes ativos passou a ser de 16.000 (inícios de 2001).

A maioria dessas instituições presta serviços aos pobres (com saldos médios dos empréstimos menores que 20% de PIB per capita) e oferecem principalmente serviços de crédito (ICC, 2001).

⁵¹ Vide anexo 7: as instituições micro-financeiras operando em Moçambique em 1998 e em 2000.

O público alvo é atendido pelos operadores que oferecem uma variedade de condições e metodologias. As mulheres são as que mais se beneficiam com este tipo de serviço. Elas representam uma média 57% dos clientes, e estão envolvidas nas seguintes atividades: no comércio informal (40%), agricultura (25%), pequena indústrias (25%) e serviços (10%).

Produtos: na esfera dos produtos, a maioria deles são adaptados às necessidades do mercado. Os empréstimos constituem o principal produto das instituições.

Metodologia: A metodologia mais popular é a de grupo solidário, sendo que os membros são auto-seleccionados. As condições e os procedimentos variam de instituição para instituição. Os tamanhos do empréstimo inicial variam de 20,0 US\$ a US\$30,0 (300.000,00-500.000,00 meticais) e pode aumentar em ciclos subsequentes até alcançar entre 300,0 a US\$ 600,0 (cinco a dez milhões de meticais) com períodos de reembolso de 3 a 6 meses (ICC, 2001).

Segundo a pesquisa da ICC, as taxas de juros praticadas variam de 3% a 6% a.m, sendo geralmente calculadas sobre uma base fixa. Entretanto, na maioria dos casos, foram estabelecidas com base nas taxas prevalecentes mercado interbancário. (ICC, 2001).

As garantias não tradicionais são usadas amplamente, sendo que a maioria dos operadores usam os grupos solidários como mecanismo de pressão em substituição de garantias reais, permitindo uma maior abrangência e reduzindo os custos.

Alguns operadores exigem como garantia, poupanças ou outro tipo de contribuição obrigatória assim como bens materiais, particularmente quando se trata de empréstimos individuais.

Sustentação: nos últimos anos, o nível de conhecimento das boas práticas empresariais em micro-finanças vem melhorando significativamente. Até 1998, a maioria dos operadores fazia parte de projetos de ONG's internacionais ou do Governo. No entanto, nos últimos anos passou a existir um número significativo de operadores constituídos como entidades locais, legalmente independentes. Para além disso, há uma tendência, mais evidente das IMF's tornarem-se mais autônomas. Atualmente, mais da metade dos operadores têm um Conselho de Administração e já desenvolvem Planos de Negócios (ICC, 2001).

Os procedimentos, as políticas e os sistemas também melhoraram. A maioria dos operadores oferecem treinamento regular ao seu pessoal e tem um esquema de incentivos para os oficiais de crédito.

Em termos do Sistema de Informação (SI), a maioria dos operadores não consegue fornecer informação sobre a qualidade da carteira, receitas ou custos operacionais o que pressupõe a falta de um sistema adequado de informações.

Financiamento: as Instituições micro-financeiras típicas em Moçambique não são ainda viáveis e continuam dependentes dos doadores⁵². Para entender os desafios que as IMF's enfrentam é importante distinguir entre IMF's que tem um forte apoio de parceiros internacionais e as IMF's locais. Em geral, as primeiras tendem a ser relativamente maiores e estão registradas legalmente; possuem um sistema de informação e mantém um controlo freqüente da carteira de riscos e dos custos, sendo que utilizam uma série de rácios financeiros para controlar o desempenho das respectivas instituições.

Geralmente são feitas projeções de negócios e planejam atingir a sustentabilidade num prazo longo (oscilando dos 5 a 10 anos). O desafio para este tipo de IMF's, é o aumento significativo do seu grau de abrangência para alcançar a sustentabilidade. Paralelamente a isso, devem desenvolver capacidades humanas e de gestão, devem melhorar os sistemas operacionais, as políticas e procedimentos atuais assim como procurar obter a fundos adicionais.

Estes resultados revelam a importância de que se reveste a assistência técnica dos parceiros internacionais ou de outros provedores de serviços para se atingir a sustentabilidade financeira.

Não obstante, as IMF's locais são aquelas que não têm nenhum parceiro técnico. São instituições menores, sendo que a grande maioria não está registrada legalmente; não possuem um sistema de informação eficiente, não dispendo de todas informações financeiras para controlar os respectivos desempenhos.

Essas IMF's, não tem o domínio prático do serviço de micro-finanças. No entanto, tem-se como desafio para elas desenvolver sistemas, políticas e procedimentos e construir as suas capacidades antes de tentar aumentar a sua abrangência. A capacidade para ter assistência técnica para redução destas

⁵² Vide anexo 8: a relação de financiamento dos órgãos doadores.

fraquezas institucionais depende do compromisso, espírito empresarial e habilidade de cada operador (ICC, 2001).

6 CONCLUSÃO

Neste trabalho, tentou-se apresentar algumas mudanças ocorridas no sistema Financeiro Moçambicano após o processo da abertura econômica do país na década de noventa. No entanto, de acordo com a tipologia adotada por Carvalho et al a respeito dos modelos de sistemas financeiros existentes nas principais economias capitalistas, constatou-se que após terem ocorrido as reformas no setor financeiro na década de noventa, este tornou-se mais segmentado (não obstante terem prevalecido instituições com características de Banco Universal). Relembrando-se, antes de terem ocorrido às reformas na década de noventa, o sistema financeiro moçambicano contava com a participação de três Instituições financeiras, sendo que duas delas eram Estatais e exerciam múltiplas funções (por exemplo, Banco de Moçambique desempenhando funções de banco central e comercial em simultâneo). Tendo em vista a fraca criação de poupanças dessas instituições, efetuaram-se as reformas no setor bancário, dando-se a entrada gradual de novos operadores (privados e estrangeiros), sendo que atualmente conta-se com a participação de sessenta instituições financeiras. Haja vista a entrada desses novos operadores (sobretudo estrangeiros) no circuito bancário, este se tornou misto e acirrou-se a sua competitividade, levando as instituições a apostar em inovações de seus produtos e serviços a favor da clientela.

No que tange a forma de financiamento, o sistema é baseado na concessão de crédito. O seu mercado de capitais encontra-se em desenvolvimento. No mercado de ações conta-se com poucos intervenientes, sendo que no Mercado Monetário Interbancário é que são movimentados os títulos de autoridade Monetária, controlando o excesso e escassez de liquidez no circuito bancário.

Considerando-se essa estrutura, nos últimos quatro anos viu-se crescer o volume de crédito e de depósitos na economia, sinalizando a confiança no sistema por parte dos agentes econômicos. Fato notório, é que há poucas instituições que controlam as maiores quotas de mercado de crédito e de depósitos. O grupo BIM, sendo de capital misto e que surgiu de uma fusão entre o Banco Comercial de Moçambique e o Banco Internacional de Moçambique, detém aproximadamente 52% do volume total de créditos e 48% do volume total de depósitos do setor Bancário,

sinalizando a tendência de concentração bancária. Contudo, a rentabilidade geral do setor vem mostrando certa fragilidade de certas Instituições Bancárias, que auferiram grandes prejuízos nos últimos anos, sendo o caso do Banco Mercantil e o Banco Austral.

O Banco Central vem cumprindo com as suas funções de controlador de políticas monetárias, tendo combatido a inflação de modo satisfatório, sendo que de 1987 a 2002, a taxa de inflação caiu de 180% a.a para a faixa dos 10% a.a

Por último, o trabalho propôs-se a debater a questão do financiamento do micro-crédito em Moçambique, dada a fraca cobertura bancária no meio rural.

A questão da pobreza prevalecente em Moçambique, sobretudo no meio rural, agrava-se pelo fato dessa parcela populacional não ter acesso aos canais formais de crédito, partindo muitas das vezes para o circuito financeiro informal. No entanto, via-se os serviços de micro-crédito como uma forma de reduzir a incidência da pobreza no país. Porém, a realidade das Instituições de micro-crédito em Moçambique, é que se encontram numa fase de arranque, não tendo ganhado sustentabilidade. Sendo assim, conta-se com o grande apoio das Instituições não governamentais, no financiamento as instituições de micro-crédito, assim como no enquadramento técnico dos recursos humanos.

No meio urbano, existe uma maior assistência financeira às pequenas e médias empresas por parte das instituições micro-financeiras. Isto ocorre, pois nestas regiões, existem concentrações populacionais e de mercados, facilitando o serviço de micro-crédito para os agentes financiadores. Em contrapartida, isto já não ocorre no meio rural, em que as instituições financeiras encaram como um risco e não como uma oportunidade à possibilidade de investir aqui. A isso, soma-se o fato que nas áreas rurais existe uma fraca infra-estrutura de transportes e telecomunicações e a população encontra-se muito dispersa, dificultando a infiltração dos serviços de micro-crédito.

Diante desse panorama, o governo elaborou nos últimos dois anos um plano em parceria com o setor privado e organizações não governamentais, que consiste num programa de apoio as finanças rurais. Esse programa fornece um enquadramento político, institucional e financeiro para a promoção do investimento no meio rural. Terá como princípios básicos à ação multi-setorial (agricultura,

pescas, comércio e indústria) e o seu enquadramento a nível nacional. O apoio será baseado em donativos, empréstimos e treinamento de recursos humanos.

O público alvo, será a população economicamente ativa do mundo rural, dando-se especial atenção aos mais pobres, visando dessa forma reduzir a incidência da pobreza absoluta em Moçambique.

GLOSSÁRIO

Volume de Negócios

Para os bancos, constitui o resultado do somatório da margem financeira antes de provisões, lucros líquidos em operações financeiras e proveitos líquidos de comissões.

Custos Operacionais

Para os bancos, resulta do somatório de custos com o pessoal, fornecimento e serviços de terceiros, amortizações e outros.

Ativos Líquidos

Total de ativos deduzido das amortizações e provisões, conforme apresentado no balanço.

Passivo Total

Total do passivo, i.e, passivo de curto e longo prazo.

Capitais Próprios Médios

Constituem os capitais próprios do ano corrente e do ano anterior, divididos por dois.

Resultados Líquidos

Resultados líquidos do ano depois de resultados extraordinários, resulta de exercícios anteriores e impostos. Os valores negativos indicam um prejuízo.

Número de Trabalhadores

Número de trabalhadores efetivos.

Rácio

Sinônimo de proporção.

Rentabilidade do Volume de Negócios

Resultados líquidos a dividir pelo volume de negócios em percentagem.

Rentabilidade do Ativo Líquido

Resultados líquidos a dividir pelo ativo líquido, em percentagem.

Rentabilidade dos Capitais

Resultados líquidos, a dividir pelos capitais próprios, em percentagem.

Volume de Negócios por Trabalhadores

Volume de negócios a dividir pelo número trabalhadores a tempo inteiro.

Taxas de Câmbios

Usou-se o câmbio de 1 dólar igual a 24,000 meticaís.

n.d - Dados não disponibilizados pelas empresas.

n.a - Não aplicável por motivo de a empresa possuir apenas um ano de atividade, ou pelo fato de não ter participa na pesquisa do ano anterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMSON, Hans.; NILSSON, Anders. **Moçambique em Transição**. 1ª edição. Maputo: Padrigu, março, 1994.

Associação Moçambicana de Bancos. **Sector Bancário em Moçambique em 2001**. KPMG. Maputo, 2001.

Associação Moçambicana dos Bancos. **Sector Bancário em Moçambique 2002**. KPMG. Maputo, 2002.

CARVALHO et al. **Economia Monetária e financeira**. Rio de Janeiro: campus, 2001.

COMICHE, Eneias,c.; **O impacto da reforma do setor financeiro Moçambicano desde a independência**. Maputo: ISPU, 2001.

FELICIANO, José F.; **Antropologia econômica dos Thongas do Sul de Moçambique**. Maputo,1998.

GALLIPOLLI, Prospirino. A experiência da União Geral de cooperativas – UGC. In: **Revista o economista**, Maputo, nº 2/2002, p.51-86.

ICC. **Um estudo do Setor de Micro-finanças em Moçambique**. 2001.

INDER. **Mozambique Micro finance study**. Maputo, 1998.

KPMG. **Ranking das Maiores Empresas**. Edição 2000. Maputo, 2000.

KPMG. **Ranking das Maiores Empresas**. Edição 2000. Maputo, 2001.

KPMG. **Ranking das Maiores Empresas**. Edição 2000. Maputo, 2003.

LANGA, Carmélia. **A atividade do Banco Ultramarino em Moçambique 1864-1975**. Maputo: Banco de Moçambique.Staff Papers nº8, 1997.

MALAN, P. S. **Retomada do Crescimento Econômico – Reflexões de Economistas Brasileiros**. IPEA, 2002.

MALEIANE, Adriano. **Moçambique: Etapas da Programação do Crédito no contexto do programa de Reabilitação Econômica e Social**. Maputo. Banco de Moçambique. Staff Papers nº 6. 1997.

NAVALHA, Felisberto Dinis. **Captação de poupanças dentro do sector informal urbano em Moçambique: o caso do sector informal financeiro em Maputo**. Maputo. Banco de Moçambique. Staff Papper nº 12. 2000.

NEVES, Carvalho. **Guia Microfinanceiro para Pequenas e Médias Empresas Moçambicanas**. Cooperação Norueguesa, 2003.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Maputo: Editora Europa – América, 1995.

PALOP. **Moçambique sistema financeiro**. Relatório Econômico dos Palop's. Maputo, 2002.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Maputo, 1998.

ROLIM, C.; FRANCO, A; BOLNICK.; ANDERSSON, P.A. **A economia Moçambicana Contemporânea: Ensaio**. Maputo: Min. Do Plano e Finanças, 2002.

SALLES, N. **Folha de São Paulo**. 17 out. 2003.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 1ª ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

UNDP. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Maputo, 2003.

YUNUS, M e JOLIS, A. **O Banqueiro dos Pobres**. Editora Ática. São Paulo, 1997.

OUTRAS FONTES CONSULTADAS:

Disponível em: www.kpmg.moc.mz : visitado em **Setembro 2003**

Disponível em: www.sapo.co/pt : visitado em **Outubro 2003**

Disponível em: www.fao.org/sd/seaga : visitado em **Outubro 2003**

Disponível em: www.banco.moc.mz : visitado em **Novembro 2003**

Disponível em: www.worldbank.com : visitado em **Novembro 2003**

Disponível em: www.africamente.com : visitado em **Novembro 2003**

Disponível em: www.mol.coo.mz : visitado em **Novembro 2003**

Disponível em: www.geraneocio.com.br : visitado em **Novembro 2003**

Disponível em: www.ccpm.pt : visitado em **Novembro**

**ANEXO 1 – INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES
FINANCEIRAS LICENCIADAS**

QUADRO 1- BANCOS COMERCIAIS

Bancos Comerciais	Observação
1. BCM- Banco Comercial de Moçambique, S.A R.L	Em funcionamento
2. ABSA	Em funcionamento
3. BSTM- Banco Standard Totta de Moçambique, S.A. R.L	Em funcionamento
4. BF- Banco de Fomento, S.A.R.L	Em funcionamento
5. Bim- Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L	Em funcionamento
6. BCI- Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L	Em funcionamento
7. ICB- Banco Internacional de Comércio, S.A.R.L	Em funcionamento
8. UCB- União Comercial de Bancos (Moçambique), S.A.R.L	Em funcionamento
9. BNP NedBank (Moçambique), S.A.R.L	Em funcionamento
10. BDCM- Banco de Desenvolvimento e de Comércio de Moçambique	Em funcionamento
11. BMI- Banco Mercantil e de Investimentos, S.A.R.L	Não iniciou atividade
12. NB- Novo Banco, S.A.R.L	Em funcionamento

FONTE: Banco de Moçambique, 2002

QUADRO 2 – BANCOS DE INVESTIMENTOS

Bancos de Investimentos	Observação
1. BMI – Investimentos, S.A.R.L	Em funcionamento

FONTE: Banco de Moçambique, 2002

QUADRO 3 – COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Cooperativas de Crédito	Observação
1. CCDDR – Coop. De Crédito para o Desenv. Rural, SCRL	Em funcionamento
2. TCHUMA- Coop. De Crédito e poupança SCRL	Em funcionamento
3. CPC- Coop. De Crédito e Poupança e Crédito, SCRL	Em funcionamento
4. UGC- CPC- Cooperativa de Poupança e Crédito, SCRL	Não iniciou atividade

FONTE: Banco de Moçambique, 2002

QUADRO 4 –SOCIEDADES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Sociedades de Locação Financeira	Observação
1. UCLC (Moçambique), SARL	Em funcionamento
2. BIM Leasing, SARL	Em funcionamento
3. BCI Leasing, SARL	Em funcionamento

FONTE: Banco de Moçambique, 2002

QUADRO 5 – SOCIEDADES GESTORAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento	Observação
1. GCI – Sociedade de Capitais de Riscos, SARL	Em funcionamento

FONTE: Banco de Moçambique, 2002

QUADRO 6 – SOCIEDADES DE INVESTIMENTOS

Sociedades de Investimentos	Observação
1. SOCREMO – Sociedade de Crédito de Moçambique, SARL	Em funcionamento
2. GAPI – Sociedade de Promoção de Pequenos Investimentos, SARL	Em funcionamento

FONTE: Banco de Moçambique, 2002

QUADRO 7 – SOCIEDADES ADMINISTRADORAS DE COMPRAS EM GRUPO

Sociedades Administradoras de Compras em Grupo	Observação
1. CGM – Compras de Grupo de Moçambique	Em funcionamento

FONTE: Banco de Moçambique, 2002

QUADRO 8 – RELAÇÃO DAS CASAS DE CÂMBIO

Nº	Casas de Câmbio	Situação	Localização
1	Polana Câmbios, Lda..	Em funcionamento	Maputo
2	Exchange House, Lda..	Em funcionamento	Maputo
3	Afezal Câmbios, Lda	Em funcionamento	Maputo
4	Nabi Câmbios, Lda	Em funcionamento	Maputo
5	Manussos Câmbios, Lda	Em funcionamento	Maputo
6	Unicâmbios, Lda	Em funcionamento	Maputo
7	Expresso Câmbios, Lda	Em funcionamento	Maputo
8	Expocâmbios, Lda	Em funcionamento	Maputo
9	Africâmbios, Lda	Em funcionamento	Maputo
10	Rechi Câmbios, Lda	Em funcionamento	Chimoio
11	Câmbios, Lda..	Em funcionamento	Maputo
12	Nur Câmbios, Lda	Em funcionamento	Maputo
13	Cota Câmbios, Lda	Em funcionamento	Maputo
14	Real Câmbios, Lda	Em funcionamento	Maputo
15	África Exchange House, Lda	Em funcionamento	Maputo

FONTE: Banco Moçambique, 2002

QUADRO 9 – ENTIDADES LICENCIADAS À CONCESSÃO DE CRÉDITO

Nome	Situação	Sede
1. Crédito Popular	Em funcionamento	Maputo
2. Osman Yacob de Mal	Em funcionamento	Nampula
3. Policrédito	Em funcionamento	Maputo
4. AMODER	Em funcionamento	Maputo
5. Cedi- Crédito	Em funcionamento	Maputo
6. CBA – Crédito	Em funcionamento	Maputo
7. Care Internacional	Em funcionamento	Maputo
8. World Relief Internacional	Em funcionamento	Maputo
9. World Vision Internacional	Em funcionamento	Maputo
10. Meda – Mennonite	Em funcionamento	Maputo
11. KULIMA	Em funcionamento	Maputo

FONTE: Banco Moçambique, 2002

**QUADRO 10 – ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO
COM SEDE NO ESTRANGEIRO**

Instituição	País da Sede	
1. Banco Efisa, AS	Portugal	
2. HSBC Equator Bank	Reino Unido	

FONTE: Banco Moçambique, 2002.

ANEXO 2 – DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM MOÇAMBIQUE

**TABELA 1 - DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM MOÇAMBIQUE –
2000 (UNIDADES MONETÁRIAS – METICAL, MZMM, MEDIDOS EM
MILHÕES).**

Rank	Empresa	Vol. Neg.	Res. Líq.	At. Líq.	Cap. Pr.	Cust. Op.	Nº Trab.
1	Banco Comercial de Moçambique	581,059	-508,016	7,244,929	-741,985	552,526	1,228
2	Banco Internacional de Moçambique	435,398	44,460	4,580,801	498,433	269,227	528
3	Banco Standard Totta de Moçambique	404,044	94,120	3,621,791	396,702	175,206	489
4	Banco Austral	308,592	-1,370,658	2,515,397	-961,176	349,506	1,236
5	Emose	256,754	4,838	955,322	341,274	249,311	600
6	Banco Comercial e de Investimentos	212,819	35,291	1,987,132	264,931	101,184	198
7	Banco de Fomento	177,733	10,450	1,352,458	160,092	76,115	102
8	Impar	145,822	-65,787	304,100	41,034	95,049	125
9	UCB – União Comercial de Bancos (Moç)	43,322	13,469	280,111	62,601	19,970	20
10	Uif Moçambique	38,036	-36,088	226,969	-16,787	18,667	24
11	BIM Investimento	37,488	7,321	102,754	33,146	16,409	15
12	Seguradora Internacional de Moçambique	30,557	3,109	64,456	17,058	8,473	12
13	BNP NedBank (Moçambique)	28,792	5,779	183,579	70,779	20,944	18
14	BIM Leasing	11,004	-1,629	113,575	27,401	6,783	8
15	Gapi	9,087	570	140,165	48,019	8,481	25
16	Cooperativa de Poupança e Crédito	4,174	936	58,033	3,976	2,279	12
17	ICB – Banco Internacional de Comércio	5,302	-4,608	42,812	8,393	8,845	17

FONTE: KPMG, 2001

**TABELA 2 - RANKING DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – 2001 (UNIDADES
MONETÁRIAS – METICAIS, MEDIDOS EM MILHÕES)**

	Empresa	Vol.Neg.	Res.Liq.	Act.Liq.	Cap.Pr.	Cust.Op.	NºTrab.
	Company	Revenues	Net Profit	Net Assets	Share Fds.	Oper.Costs	Workers
1	BIM – Banco Internacional de Moçambique	1,515,759	52,800	14,987,699	-42,753	975,897	1,550
2	Banco Standard Totta de Moçambique	474,188	240,027	4,961,388	589,607	251,788	412
3	BCI – Banco Comercial e de Investimentos, SARL	325,108	51,636	2,951,682	355,325	16,298	258
5	Banco de Fomento	177,210	56,081	2,154,700	216,173	55,636	123
6	Banco Austral, SARL	158,875	-1,309,578	3,253,858	306,765	480,408	1,272
7	BIM Leasing	69,226	788	598,034	51,285	11,137	10
8	UCB – União Comercial de Bancos (Moç) SARL	64,306	30,846	567,250	182,228	25,138	25
9	BNP – Nedbank	48,830	9,530	282,924	79,877	37,446	20
10	BIMM Investimento	37,093	8,421	126,253	41,566	22,843	21
11	ulc Moçambique	30,354	-16,149	209,551	15,915	23,772	24
12	Cooperativa de Poupança e Crédito, SARL	19,356	7,745	170,946	12,739	2,710	12
13	Gapi, SARL	18,995	1,375	228,729	49,195	17,817	31
14	Novo Banco – Banco de Microfinanças, SARL	11,744	2,610	34,179	26,255	8,441	58
15	Sacremo – Sociedade de Crédito de Moçambique	8,880	1,163	21,819	3,134	7,960	55
16	BDC – Banco de Desenvolvimento e Comércio de Moçambique	6,949	-12,304	163,964	23,696	25,246	25
17	BCI – Leasing	3,753	1,771	96,266	10,416	514	1

FONTE: KPMG, 2002

**TABELA 3 - RANKING DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – 2002 (UNIDADES
MONETÁRIAS – METICAIS, MEDIDOS EM MILHÕES)**

BANCA E LEASING / BANKING AND LEASING							
	Empresa	Vol.Neg.	Res.Liq.	Act.Liq.	Cap.Pr.	Cust.Op.	NºTrab.
	Company	Revenues	Net Profit	Net Assets	Share Fds.	Oper.Costs	Workers
		10 ⁶ Meticais	10 ⁶ Meticais	10 ⁶ Meticais	10 ⁶ Meticais	10 ⁶ Meticais	Nº/Nr
1	BIM – Banco Internacional de Moçambique	2.053,842	92,296	13,956,276	913,059	1,115,217	1,505
2	Banco Standard Totta de Moçambique	572,263	218,134	6,843,056	659,750	293,118	371
3	Banco Austral, SARL	571,315	42,654	2,835,274	271,366	482,799	996
4	BCI – Banco Comercial e de Investimentos, SARL	336,533	85,577	4,226,430	461,933	191,105	301
5	Banco de Fomento	211,017	106,003	2,489,466	322,176	107,280	149
6	UCB-União Comercial de Bancos (Moç), SARL	88,246	40,531	610,831	204,009	32,836	29
7	African Banking Corporation	67,155	17,339	546,233	97,216	49,607	23
8	BIM Leasing	60,732	18,115	862,190	60,542	17,591	9
9	Gapi, SARL	45,430	1,720	297,115	77,441	22,494	42
10	Cooperativa de Poupança e Crédito, SARL	44,472	23,399	242,067	34,240	21,073	12
11	Novo Banco – Banco de Microfinanças, SARL	27,132	(3,383)	71,034	22,873	30,515	127
12	BIM Investimento	26,861	96	67,981	41,662	24,103	nd
13	ICB- Banco Internacional de Comércio	22,969	4,767	165,903	43,516	15,140	39
14	BDC – Banco de Desenvolvimento e Comércio de Moçambique	19,482	(26,880)	404,690	43,767	43,027	35
15	Socremo-Sociedade de Crédito de Moçambique	16,789	19,891	50,744	22,157	13,508	58
16	BCI-Leasing	12,552	1,464	167,672	76,879	4,775	4
17	BMI-Banco Mercantil e de Investimentos	3,626	(32,118)	148,707	652	33,466	55

FONTE: KPMG, 2003

TABELA 4 – INDICADORES FINANCEIROS – 2000-2001

continua

RANKING		NOME DA INSTITUIÇÃO	MMZM (milhões)	
2001	2000		2001	2000
ACTIVOS TOTAIS (MMZM)				
1	2	Banco Internacional de Moçambique*	14.987.699	4 580.801
2	3	Banco Standard Totta de Moçambique	4 961.388	3 621.791
3	5	Banco Comercial e de Investimentos	2.951.682	1.987.142
4	4	Banco Austral	3.253.858	2 515.397
5	6	Banco de Fomento	2.154.700	1.352.458
6	9	BIM Leasing	598,034	113,576
7	7	União Comercial de Bancos	567,250	273,491
8	8	ulc Moçambique	209,551	226,969
9	Na	Banco de Desenvolvimento e Comércio**	163,964	0
10	10	BIM Investimento	126,253	102,754
11	1	Banco Comercial de Moçambique*	n.a	7,249,615
CRÉDITO (MMZM)				
1	2	Banco Internacional de Moçambique*	6.809.118	1 955.809
2	3	Banco Austral	1.880.880	1.252.571
3	4	Banco Standard Totta de Moçambique	1.401.271	1.191.707
4	5	Banco Comercial e de Investimentos	1.390.584	876.840
5	6	Banco de Fomento	951.314	627.005
6	9	BIM Leasing	580,515	105,281
7	8	União Comercial de Bancos	343,118	181,622
8	7	ulc Moçambique	258,580	307,178
9	10	BIM Investimento	75,790	75,003
10	na	Banco de Desenvolvimento e Comércio**	33,210	na
11	1	Banco Comercial de Moçambique*	n.a	3,532,173
DEPÓSITOS (MMZM)				
1	2	Banco Internacional de Moçambique*	11.653.441	3.611.542
2	3	Banco Standard Totta de Moçambique	3.972.889	2.591.585
3	4	Banco Austral	2.275.650	2.180.449
4	5	Banco Comercial e de Investimentos	2.246.973	1.487.824
5	6	Banco de Fomento	1.670.124	1.067.529
6	7	União Comercial de Bancos	373,790	174,462
7	na	Banco de Desenvolvimento e Comércio**	111,319	
8	8	ulc Moçambique	39,505	57,930
9	na	BIM Investimento	Na	na
10	na	BIM Leasing	Na	na
11	1	Banco Comercial de Moçambique*	Na	5,040,809
FUNDOS PRÓPRIOS (MMZM)				
1	2	Banco Standard Totta de Moçambique	589,607	408,222
2	3	Banco Comercial e de Investimentos	355,325	254,087
3	10	Banco Austral	306,765	(961,176)
4	4	Banco de Fomento	216,173	189,238
5	5	União Comercial de Bancos	182,228	62,600

TABELA 5 – INDICADORES FINANCEIROS – 2000-2001

				conclusão	
RANKING		NOME DA INSTITUIÇÃO	MMZM (milhões)		
2001	2000		2001	2000	
6	7	BIM Leasing	51,285	27,401	
7	6	BIM Investimento	41,566	33,145	
8	na	Banco de Desenvolvimento e Comércio**	23,696	na	
9	8	ulc Moçambique	15,915	(16,787)	
10	9	Banco Comercial de Moçambique*	n.a	(741,985)	
11	1	Banco Internacional de Moçambique*	(42,753)	498,433	
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO (MMZM)					
1	1	Banco Standard Totta de Moçambique	240,027	94,122	
2	6	Banco de Fomento	56,081	10,450	
3	3	Banco Internacional de Moçambique*	52,800	44,460	
4	2	Banco Comercial e de Investimentos	51,636	35,291	
5	4	União Comercial de Bancos	30,846	13,469	
6	7	BIM Investimento	8,421	7,321	
7	10	BIM Leasing	788	(1,629)	
8	na	Banco de Desenvolvimento e Comércio**	(12,304)	na	
9	5	ulc Moçambique	(16,149)	(36,088)	
10	9	Banco Austral	(1,309,578)	(1,370,658)	
11	8	Banco Comercial de Moçambique*	n.a	(508,015)	
RENTABILIDADE DOS FUNDOS PRÓPRIOS MÉDIOS (MMZM)					
1	1	Banco Standard Totta de Moçambique	44,79	40,71	
2	6	Banco de Fomento	30,00	6,75	
3	3	União Comercial de Bancos	25,20	24,11	
4	2	BIM Investimento	20,70	25,64	
5	4	Banco Comercial e de Investimentos	14,53	13,32	
6	7	BIM Leasing	2,35	(5,60)	
7	10	ulc Moçambique	(1,01)	(1,438,00)	
8	na	Banco de Desenvolvimento e Comércio**	(34,18)	NA	
9	5	Banco Internacional de Moçambique*	(36,88)	9,35	
10	9	Banco Austral	(236,77)	(369,81)	
11	8	Banco Comercial de Moçambique*	n.a	(46,12)	
RENTABILIDADE DOS ACTIVOS MÉDIOS (%)					
1	2	União Comercial de Bancos	7,34	7,01	
2	1	BIM Investimento	7,10	8,01	
3	3	Banco Standard Totta de Moçambique	5,49	4,83	
4	6	Banco de Fomento	3,00	0,90	
5	4	Banco Comercial e de Investimentos	2,09	2,51	
6	5	Banco Internacional de Moçambique*	0,96	1,24	
7	7	BIM Leasing	0,25	(2,94)	
8	9	ulc Moçambique	(7,40)	(16,79)	
9	na	Banco de Desenvolvimento e Comércio**		na	
10	10	Banco Austral	(45,40)	(56,22)	
11	8	Banco Comercial de Moçambique*	n.a	(8,32)	

FONTE: KPMG, 2001

TABELA 6 - INDICADORES FINANCEIROS – 2001-2002

continua

RANKING DO SETOR BANCÁRIO				
RANKING		NOME DA INSTITUIÇÃO	MMZM (em milhões)	
2002	2001		2002	2001
ACTIVOS TOTAIS (MMZM)				
1	1	Banco Internacional de Moçambique*	13.956.277	14.987.699
2	2	Banco Standard Totta de Moçambique	6.843.056	4.947.881
3	3	Banco Comercial e de Investimentos	4.266.430	2.948.784
4	4	Banco Austral	2.835.274	2.842.097
5	5	Banco de Fomento	2.489.466	2.154.700
6	6	União Comercial de Bancos	610,831	567,250
7	7	African Banking Corporations	546,233	292,210
8	8	Banco de Desenvolvimento e Comércio**	404,690	163,964
9	10	Banco Internacional de Comércio	165,903	82,217
10	9	Banco Mercantil e de Investimento***	148,707	84,838
CRÉDITO (MMZM)				
1	1	Banco Internacional de Moçambique*	7.516.341	6.809.118
2	2	Banco Comercial e de Investimentos	1.794.728	1.390.584
3	3	Banco Standard Totta de Moçambique	1,371.282	1.401.271
4	4	Banco Austral	1.219.155	1.832.528
5	5	Banco de Fomento	1.060.768	1.050.265
6	6	União Comercial de Bancos	437,192	343,118
7	7	Banco de Desenvolvimento e Comércio**	169,300	33,210
8	8	African Banking Corporations	144,215	134,351
9	9	Banco Mercantil e de Investimento***	42,214	3,869
10	10	Banco Internacional de Comércio	36,885	15,775
DEPÓSITOS (MMZM)				
1	1	Banco Internacional de Moçambique*	11.448.406	11.653.441
2	2	Banco Standard Totta de Moçambique	5.742.335	3.972.889
3	3	Banco Comercial e de Investimentos	2.826.610	2.246.973
4	4	Banco Austral	2.318.080	2.275.650
5	5	Banco de Fomento	1.867.226	1.670.124
6	7	African Banking Corporations	383,448	190,260
7	6	União Comercial de Bancos	320,331	312,165
8	8	Banco de Desenvolvimento e Comércio**	266,919	111,319
9	9	Banco Internacional de Comércio	108,977	40,122
10	10	Banco Mercantil e de Investimento***	77,111	32,480
FUNDOS PRÓPRIOS (MMZM)				
1	5	Banco Internacional de Moçambique*	913,059	201,371
2	1	Banco Standard Totta de Moçambique	659,750	615,636
3	2	Banco Comercial e de Investimentos	461,933	419,918
4	4	Banco de Fomento	322,176	216,173
5	3	Banco Austral	271.366	228.712

TABELA 7 - INDICADORES FINANCEIROS – 2001-2002

RANKING		NOME DA INSTITUIÇÃO	MMZM (em milhões)		conclusão
2002	2001		2002	2001	
6	6	União Comercial de Bancos	204,009	182,227	
7	7	African Banking Corporations	97,216	79,877	
8	10	Banco de Desenvolvimento e Comércio**	43,767	23,696	
9	8	Banco Internacional de Comércio	43,516	39,177	
10	9	Banco Mercantil e de Investimento***	652	32,770	
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO (MMZM)					
1	2	Banco Standard Totta de Moçambique	218,134	196,540	
2	3	Banco de Fomento	106,003	56,081	
3	4	Banco Internacional de Moçambique*	92,296	52,800	
4	5	Banco Comercial e de Investimentos	85,577	51,636	
5	1	Banco Austral	42,654	1,236,058	
6	6	União Comercial de Bancos	40,531	30,846	
7	7	African Banking Corporations	17,339	9,530	
8	8	Banco Internacional de Comércio	4,767	(1,051)	
9	10	Banco de Desenvolvimento e Comércio**	(26,880)	(12,304)	
10	9	Banco Mercantil e de Investimento***	(32,118)	(4,063)	
RENTABILIDADE DOS FUNDOS PRÓPRIOS MÉDIOS (%)					
1	2	Banco de Fomento	39,0	30,0	
2	1	Banco Standard Totta de Moçambique	34,2	38,4	
3	3	União Comercial de Bancos	21,0	25,2	
4	5	African Banking Corporations	19,6	11,9	
5	4	Banco Comercial e de Investimentos	19,4	15,3	
6	10	Banco Austral	17,1	(337,5)	
7	9	Banco Internacional de Moçambique*	16,6	(250,3)	
8	6	Banco Internacional de Comércio	11,5	(2,6)	
9	8	Banco de Desenvolvimento e Comércio**	(79,7)	(51,9)	
10	7	Banco Mercantil e de Investimento***	(192,2)	(12,4)	
RENTABILIDADE DOS ATIVOS (%)					
1	2	União Comercial de Bancos	6,9	7,3	
2	5	Banco de Fomento	4,6	3,0	
3	4	African Banking Corporations	4,1	3,3	
4	8	Banco Internacional de Comércio	3,8	(1,7)	
5	3	Banco Standard Totta de Moçambique	3,7	4,6	
6	6	Banco Comercial e de Investimentos	2,4	2,1	
7	1	Banco Austral	1,5	46,9	
8	7	Banco Internacional de Moçambique*	0,6	0,4	
9	10	Banco de Desenvolvimento e Comércio**	(9,5)	(7,5)	
10	9	Banco Mercantil e de Investimento***	(27,5)	(4,8)	

FONTE: KPMG, 2002

TABELA 8 - INDICADORES DE CRESCIMENTO DO SETOR FINANCEIRO – 2000-2001 (EM MILHÕES DE METICAIS)

Nome da Instituição	Ano	CRESCIMENTO					
		Variação dos ativos totais	Variação de crédito	Variação de depósitos	Variação da margem de juros	Variação do lucro antes de impostos	Variação do lucro líquido
Banco Austral	2001	29,36	80,91	(37,82)	(68,06)	(58,06)	4,46
	2000	5,54	44,67	0,31	(48,81)	(319,51)	(1022,66)
Banco Comercial de Moçambique	2001						
	2000	46,02	(9,97)	44,95	32,00	(74,44)	(74,44)
Banco Comercial e de Investimentos	2001	48,54	58,59	50,23	50,06	11,57	45,32
	2000	139,42	129,84	194,00	64,89	386,82	314,49
Banco de Fomento	2001	59,00	52,00	56,00	15,29	434,00	437,00
	2000	41,00	(11,00)	64,00	45,26	(22,30)	(23,00)
Banco Internacional de Moçambique	2001	26,59	75,47	34,69		110,39	110,39
	2000	48,90	26,70	45,97	23,08	4,59	8,70
Banco Standard Totta de Moçambique	2001	36,99	17,59	53,30	35,44	198,50	155,02
	2000	36,99	36,99	36,99	36,99	36,99	36,99
BIM Investimento	2001	22,87	1,05	Na	(174,36)	10,24	15,03
	2000	20,38	18,88	Na	20,38	66,26	53,06
Banco de Desenvolvimento e Comércio	2001	na	Na	Na	Na	Na	Na
	2000	na	Na	Na	Na	Na	Na
ULC	2001	(7,00)	(9,00)	(31,00)	(18,00)	(55,25)	(77666,300)
	2000	11,90	7,75	11,97	8,77	(77666,30)	(55,25)
União Comercial de Bancos	2001	107,41	64,44	15,65	135,78	129,58	129,01
	2000	426,55	223,68	114,25	1592,67	1345,64	1349,44
BIM Leasing	2001	Na	451,39	Na	(1,48)	148,36	148,36
	2000	36,10	Na	Na	Na	Na	Na
TOTAL							

FONTE: KPMG, 2001

NOTA: na – não aplicável – nd – não disponível

TABELA 9 - INDICADORES DE OROSEIMENTO DO SETOR FINANCEIRO – 2001-2002

Nome da Instituição	Ano	CRESCIMENTO				
		Varição dos ativos (%)	Varição de crédito (%)	Varição de depósitos (%)	Varição de Resultado Operacional antes de imposto (%)	Varição da Resultados Líquidos (%)
African Banking Corporation	2002	86,93	7,34	101,54	57,86	81,94
	2001	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd
	2002	(0,24)	(33,51)	1,77	102,49	(97,36)
Banco Austral	2001	16,84	0,57	3,67	(75,05)	190,18
	2002	44,80	22,90	26,20	60,11	65,70
Banco Comercial e de Investimentos	2001	48,54	58,59	50,23	7,28	48,32
	2002	16,00	1,00	11,00	90,00	89,00
Banco de Fomento	2001	59,00	67,51	56,00	434,00	437,00
	2002	(6,90)	10,40	(1,80)	74,30	74,90
Banco Internacional de Moçambique	2001	25,69	24,07	41,93	110,39	110,39
	2002	38,30	(6,00)	44,50	4,50	11,00
Banco Standard Totta de Moçambique	2001	36,98	17,59	53,30	21,57	108,81
	2002	147,00	411,00	139,78	(118,01)	(118,47)
Banco de Desenvolvimento e Comércio	2001	Na	Na	Na	Na	Na
	2002	101,78	133,82	171,61	553,57	553,57
	2001	92,04	24,75	68,96	(77,19)	(77,19)
Banco Mercantil e de Investimento	2001	75,28	991,08	137,41	(335,78)	(690,50)
	2002	Na	Na	Na	Na	Na
União Comercial de Bancos	2002	7,68	26,26	2,45	31,64	31,40
	2001	107,41	88,92	78,83	129,68	129,01
AGREGADO						(156,73)

FONTE: KPMG, 2002

NOTA: na – não aplicável – nd – não disponível

ANEXO 3 - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES

QUADRO 11- DESCRIÇÃO DOS INDICADORES

continua

DESCRIÇÃO DOS INDICADORES	
1. Rentabilidade dos Fundos Próprios Médios (ROAE)	Resultado líquido após impostos do exercício de 2001, dividido pelos fundos próprios médios, expresso em percentagem.
2. Rentabilidade dos Ativos Médios (ROAA)	Resultado líquido após impostos do exercício de 2001, dividido pelos ativos totais médios, expresso em percentagem.
3. Rentabilidade dos Ativos Ponderados por Risco	Resultado líquido após impostos do exercício de 2001, dividido pelos ativos totais ponderados por risco, expresso em percentagem.
4. Ativos totais médios	Ativos totais para o exercício corrente mais o exercício anterior dividido por dois.
5. Receita líquida de juros	Receita de juros menos custo de juros.
6. Receitas que não sejam de juros	Todas receitas não incluídas nas receitas líquidas de juros.
7. Proveitos totais	Proveitos líquidos de juro mais outros proveitos.
8. Resultados antes de impostos	Resultados líquidos antes de impostos e itens extraordinários, após rendimento das associadas.
9. Resultados após impostos	Resultados líquidos após imposto, antes de acionistas e itens extraordinários, após rendimento das associadas.
10. Impostos	Total de impostos diretos e indiretos debitadas de acordo com a demonstração de resultados.
11. Lucro/(Prejuízo) Líquido	Resultados líquidos após imposto, fora de acionistas e rendimento das associadas mas antes de dividendos e transferência para reservas.
12. Ativos s totais	Inclui aceites e acordos de recompra, mas exclui garantias e outras contas extrapatrimoniais.
13. Número de empregados	Número de empregados a tempo inteiro.
14. Número de balcões	Número de empregados a tempo inteiro.
15. Número de ATMs	Número de máquinas de levantamento automático.
16. Fundos próprios	Capital social e prémios de emissão mais reservas distribuíveis e não-distribuíveis.
17. Rácio de solvabilidade	
18. Crédito	Calculado de acordo com as normas do Banco Central no final do exercício.
19. Crédito Médio	Calculado de acordo com as normas do Banco Central no final do exercício.
20. Custos com provisões de crédito/crédito médio	Total de crédito do ano corrente mais o do ano anterior, dividido por dois.
21. Provisões gerais/ crédito	Provisões para crédito vencido e de cobrança duvidosa do exercício, dividido por crédito médio.
22. Provisões específicas/ crédito	Provisões gerais de crédito pelo balanço dividido pelo crédito total.
23. Crescimento do activo	Provisões específicas de crédito pelo balanço dividido pelo crédito total.
	Percentagem de crescimento do ativo total do exercício findo em 2001 relativamente ao exercício económico anterior.

QUADRO 12- DESCRIÇÃO DOS INDICADORES

DESCRIÇÃO DOS INDICADORES	conclusão
24. Crescimento do crédito	Percentagem de crescimento do crédito total do exercício findo em 2001, relativamente ao exercício económico anterior.
25. Crescimento da margem de juros	Percentagem de crescimento da margem de juros do exercício findo em 2001, relativamente ao exercício económico anterior.
26. Crescimento dos resultados antes de imposto	Percentagem de crescimento dos resultados do exercício findo em 2001, relativamente ao exercício económico anterior.
27. Crescimento dos resultados após imposto	Percentagem de crescimento dos resultados após imposto do exercício findo em 2001 relativamente ao exercício económico anterior.
28. Crescimento dos resultados líquidos	Percentagem de crescimento dos resultados líquidos do exercício findo em 2001 relativamente ao exercício económico anterior.
29. Custos operacionais	Total de custos, excluindo custo de juros e provisões para crédito.
30. Resultados antes de imposto e de provisões para crédito do exercício.	Resultados antes de imposto e de custo de provisões para crédito do exercício
31. Ativos remunerados.	Total de crédito e investimento que rende juros, mas antes de quaisquer provisões específicas e gerais.
32. Passivos remunerados	Total de passivos excluindo aceites, fornecedores e provisão para imposto bem como capital e reservas.
33. Ativos médios remunerados	Total de ativos remunerados do ano corrente mais o do ano anterior, dividido por dois
34. Passivos médios remunerados	Total de ativos remunerados do ano corrente mais o do ano anterior, dividido por dois
35. Proveito de juros	Total de proveito de juros obtidos em crédito e outros investimentos remunerados em forma de juro.
36. Custo de juros 37. Taxa Margem	Total de custo de juros suportados em depositos e crédito obtidos.
38. Spread de juros	Receitas líquidas dos juros do exercício, dividido pelos ativos médios remunerados.
39. Ativos ponderados por risco	A diferença entre a taxa de juros dos ativos médios remunerados (receita de juros/ativos médios remunerados) e a taxa de juro paga sobre os passivos onerosos (custo de juros/passivo oneroso).
40. Ativos médios ponderados por risco.	Ativo total ponderado por níveis de risco, de acordo com as normas definidas pelo Banco Central. Total de Ativos ponderados por risco do ano corrente mais o do ano anterior, dividido por dois. Total de crédito e empréstimos para o quais não é prudente creditar proveitos na demonstração de resultados. Crédito vencido e duvidoso definido na nota anterior dividido pelo crédito total. Provisões específicas dividido pelo crédito vencido. Ativos médios dividido por fundos próprios médios
41. Crédito vencido e duvidoso	
42. Crédito vencido e duvidoso/credito total.	
43. Provisões específicas/credito vencido e duvidoso.	
44. Leverage	

FONTE: KPMG, 2002.

ANEXO 4 – INDICADORES OPERACIONAIS

TABELA 10 – OPERACIONALIDADE – 2000-2001

	Ano	Rentabilidade dos Fundos Próprios (R.D.A.E)	"Rentabilidade" dos Ativos Médios (%)	Retorno sobre ativo ponderado	"Receitas" líquidas de juros dos Ativos Totais (%)	"Outras Receitas" Operacionais dos Ativos Totais Médios	Taxa Margem	Spread dos Juros (%)	Outras Receitas Operacionais "Receitas Totais"	"Custos Operacionais" dos Ativos	"Receitas totais dos Ativos"
Indicadores operacionais											
Banco Austral	2001	(236.77)	(45.40)	(121.58)	0.07	3.14	0.65	5.50	31.62	16.65	4.22
	2000	(369.61)	(56.22)	(49.51)	4.69	2.59	6.25	7.99	35.59	14.34	6.14
Banco Comercial de Moçambique	2001										
	2000	(46.12)	(8.32)	(11.37)	2.18	4.19	4.37	6.57	65.81	14.17	6.36
Banco Comercial e de Investimentos	2001	14.53	2.09	2.57	4.03	8.93	5.55	6.66	68.89	6.60	13.17
	2000	13.32	2.51	2.85	4.71	6.03	6.61	7.03	73.52	7.80	9.13
Banco de Fomento	2001	30.00	3.00	5.00	5.03	5.08	10.00	12.00	50.24	4.00	10.11
	2000	6.75	0.90	12.37	6.61	3.79	3.99	4.00	36.45	30.00	10.41
Banco Internacional de Moçambique	2001	(36.86)	0.96	0.71	5.53	2.20	5.65	5.08	26.50	6.11	11.30
	2000	9.35	1.24	1.28	23.25	22.07	6.51	3.59	36.14	36.03	4.21
Banco Standard Totta de Moçambique	2001	44.79	5.49	10.60	5.41	6.75	7.06	7.02	62.05	5.87	11.06
	2000	40.71	4.83	12.24	7.61	9.55	7.00	7.20	71.74	5.06	8.26
BIM Investimento	2001	20.70	7.10	nd	(1.65)	32.95	(2.03)	(8.29)	105.09	19.95	32.39
	2000	25.64	8.01	8.41	1.96	29.56	2.73	(11.79)	92.81	17.70	30.20
Banco de Desenvolvimento e Comércio	2001	(34.18)	(7.50)	0.00	(0.17)	4.41	(0.85)	5.23	104.03	15.40	4.24
	2000	na	Na	na	na	na	na	na	na	na	Na
ULC	2001	(1.01)	(7.40)	(13.85)	7.62	6.28	1.64	(3.80)	45.17	10.89	13.91
	2000	(1.436)	(16.79)	(32.49)	9.00	1.49	9.72	3.42	13.63	5.55	10.92
União Comercial de Bancos	2001	25.20	7.34	11.32	7.08	8.21	6.97	6.45	59.69	5.93	15.30
	2000	24.11	7.01	9.32	5.78	11.32	7.67	7.30	66.21	6.60	17.10
BIM Leasing	2001	2.35	0.25	nd	6.08	1.00	8.47	6.52	10.08	3.13	19.46
	2000	(5.60)	(2.94)	nd	nd	nd	9.95	nd	nd	16.56	6.04
AGREGADO	2001	(116.34)	(3.44)	(6.31)	4.35	6.49	7.08	3.14	59.76	7.24	10.82
	2000	(55.61)	(9.32)	(11.73)	2.82	4.79	5.38	2.90	78.03	9.45	6.14

FONTE: KPMG, 2001

TABELA 11 - OPERACIONALIDADE – 2001-2002

		INDICADORES OPERACIONAIS								
Nome da Instituição	Ano	Rentabilidade dos Próprios Médios (ROAE0 (%))	Rentabilidade dos Ativos Médios (ROAA) (%)	Receitas Líquidas de Juros/Ativos Totais Médios (%)	Outras Receitas Operacionais/Ativos Totais Médios (%)	Custos Operacionais/receitas Totais (%)	Spread de Juros (%)	Outras Receitas Operacionais/ Receitas Totais (%)	Custos Operacionais/ Ativos Totais Médios (%)	Receitas totais Ativos Médios
African Banking Corporation	2002	19.58	4.14	6.31	9.71	73.87	6.61	60.84	11.83	16.02
Banco Auatral	2001	11.93	3.25	2.75	14.30	72.58	3.53	53.78	12.39	17.08
	2002	17.06	1.50	10.79	3.74	84.51	16.21	62.57	17.01	14.53
Banco Comercial de Investimentos	2001	(337.51)	46.87	3.49	3.14	500.59	11.58	40.04	15.65	4.22
	2002	19.41	2.37	6.07	2.20	56.79	(19.43)	34.75	4.50	8.27
Banco de Fomento	2001	15.32	2.09	4.03	8.93	45.57	(13.16)	66.89	6.60	13.17
	2002	39.00	4.56	5.00	1.00	50.84	15.00	46.00	6.00	6.00
Banco Internacional de Moçambique *	2001	30.00	3.00	5.03	5.08	43.91	9.95	50.24	4.00	10.11
	2002	16.56	0.54	5.90	8.31	54.30	9.51	58.58	7.71	14.21
Banco Standard Totta de Moçambique	2001	(250.35)	0.39	5.53	1.92	71.35	0.67	28.50	4.57	11.30
	2002	34.21	3.70	4.70	4.60	51.22	5.36	51.13	4.70	9.30
Banco de Desenvolvimento e Comércio **	2001	38.39	4.59	5.41	6.75	45.03	7.02	55.25	5.87	11.05
	2002	(79.69)	(9.45)	2.90	3.80	220.96	5.00	56.90	11.70	6.70
Sanco Internacional de Comércio	2001	(51.82)	(7.50)	(0.17)	40.44	23.33	5.23	104.03	11.41	4.24
	2002	11.53	3.84	11.60	6.92	55.91	19.71	30.29	12.20	19.51
Banco Mercantil e de Investimento ***	2001	(2.56)	(1.65)	8.92	5.72	105.39	29.74	39.10	15.43	14.64
	2002	(192.20)	(27.50)	1.19	2.55	923.45	(13.50)	5151	28.66	3.74
União Comercial de Bancos	2001	(12.40)	(4.79)	0.82	(0.37)	1677.68	Nd	(67.39)	9.22	0.55
	2002	20.99	6.88	9.26	5.70	37.21	Nd	38.18	5.58	14.95
Agregado	2001	25.20	7.34	7.08	8.21	41.75	8.45	53.69	6.39	15.29
	2002	21.68	1.79	6.40	6.47	59.89	9.86	50.28	7.71	12.87
	2001	183.37	6.39	4.53	4.16	87.20	4.16	47.30	7.67	8.79
FONTE: KPMG. 2002										

FONTE: KPMG, 2002

ANEXO 5 – DIMENSÃO E RENTABILIDADE

TABELA 12 - DIMENSÃO E RENTABILIDADE – 2000-2001

Nome da Instituição	Ano	DIMENSÃO					RENTABILIDADE	
		Ativos Totais (MMZM)	Crédito Total (MMZM)	Depósitos Totais	Nº de Empregados	Nº de ATMs	Resultado Corrente	Luoro/ Prejuízo Líquido
Banco Austral	2001	3.253.858	1.880.880	2.275.650	1.272	35	(1.371.444)	(1.309.578)
	2000	2.515.397	1.252.571	2.180.449	1.263	31	(816.048)	(1.370.658)
Banco Comercial de Moçambique	2001							
	2000	7.249.915	3.532.173	5.040.809	1.228	35	(508.015)	(508.015)
Banco Comercial de Investimentos	2001	2.951.682	1.390.584	2.246.973	268	24	48.729	51.536
	2000	1.987.142	876.840	1.487.824	198	20	41.512	35.291
Banco de Fomento	2001	2.154.700	951.314	1.670.124	123	5	66.811	56.081
	2000	1.352.458	627.005	1.067.529	101	5	12.500	10.450
Banco Interbancário de Moçambique	2001	14.987.699	6.809.118	11.653.441	1.550	74	52.800	52.800
	2000	4.580.801	1.955.809	3.611.542	528	66	43.262	44.460
Banco Standard Totta de Moçambique	2001	4.961.988	1.401.271	3.972.889	412	19	308.887	240.027
	2000	3.621.791	1.191.707	2.591.585	408	0	218.315	94.122
BIM Investimento	2001	126.253	75.790	Na	21	0	9.778	8.421
	2000	102.754	75.003	Na	18	0	8.870	7.321
Banco de Desenvolvimento e Comércio	2001	193.984	33.210	111.319	25		(12.304)	(12.304)
	2000	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na
ULC	2001	209.551	259.580	39.505	24	0	(16.149)	(16.149)
	2000	226.989	307.178	57.930	24	0	(36.088)	(36.088)
União Comercial de Bancos	2001	567.250	343.118	373.790	25	0	37.939	30.846
	2000	273.491	181.622	174.462	17	0	16.091	13.469
BIM Leasing	2001	598.034	580.515	Na	10	0	788	788
	2000	113.576	105.281	Na	6	0	(1.629)	(1.629)
AGREGADO	2001	29.974.379	13.724.380	22.343.691	3.720	157	(874.064)	(897.431)
	2000	22.023.995	10.105.189	16.212.131	3.791	157	(1.021.231)	(1.711.277)

FONTE: KPMG, 2001.

TABELA 13 - DIMENSÃO E RENTABILIDADE – 2001-2002

Nome da Instituição	Ano	INDICADORES DE DIMENSÃO E RENTABILIDADE									
		Ativos Totais (MMZM)	Ativos Ponderados (MMZM)	Crédito Total (MMZM)	Depósitos Totais (MMZM)	Fundos Próprios (MMZM)	Nº Empregados	Nº Balcões	Nº ATMs	Resultados operacionais antes de impostos (MMZM)	Resultados líquidos / (-) Prejuízo (MMZM)
African Banking Corporation	2002	546.233	208.319	144.215	383.448	07.216	23	1	0	17.950	17.339
Banco Austral	2001	292.210	174.283	134.351	190.260	79.877	21	1	0	11.383	9.530
	2002	2.835.274	895.974	1.218.155	2.316.080	271.366	998	48	36	42.554	42.654
	2001	2.842.097	1.077.133	1.832.528	2.275.550	228.712	1.272	65	35	(1.428.452)	1.236.058
Banco Comercial de Investimentos	2002	4.266.430	2.495.084	1.794.728	2.826.510	461.933	301	24	24	76.161	95.577
	2001	2.951.662	2.006.377	1.390.584	2.246.973	419.918	256	19	24	49.829	61.635
Banco de Fomento	2002	2.489.466	1.133.755	1.050.758	1.857.225	322.175	149	7	13	127.544	106.003
	2001	2.154.700	1.267.553	1.050.255	1.970.124	216.173	123	5	5	56.811	56.061
Banco Internacional de Moçambique *	2002	13.856.277	6.763.899	7.516.341	11.448.405	913.059	1.505	89	86	92.296	92.296
	2001	14.987.599	7.454.592	6.809.118	11.653.441	201.371	1.550	88	74	52.800	52.800
Banco Standard Total de Moçambique	2002	6.843.055	2.326.186	1.317.282	5.742.335	559.750	371	26	19	276.417	218.134
	2001	4.947.881	2.566.407	1.401.271	3.972.889	615.336	412	26	19	285.400	196.540
Banco de Desenvolvimento e Comércio **	2002	404.690	195.447	169.300	256.919	43.757	35	2	2	(26.880)	(26.880)
	2001	153.964	Nd	33.210	111.319	23.996	25	1	0	(12.304)	(12.304)
Banco Internacional de Comércio	2002	155.903	26.066	36.885	106.977	43.515	39	2	0	4.767	4.767
	2001	82.217	Nd	15.775	40.122	39.177	Nd	1	0	(1.051)	(1.051)
Banco Mercantil e de Investimento ***	2002	148.707	76.570	42.214	77.111	552	55	2	1	(32.374)	(32.118)
	2001	84.838	Nd	3.959	32.480	32.770	Nd	1	0	(7.429)	(4.063)
União Comercial de Bancos	2002	510.831	Nd	437.192	520.331	204.009	29	1	0	49.334	40.531
	2001	567.250	343.676	343.118	312.165	182.227	25	1	0	37.457	30.846
Agregado	2002	32.266.867	14.121.300	13.738.060	25.359.443	3.017.444	3.503	202	181	631.908	548.303
	2001	29.074.538	14.900.023	13.014.069	22.505.423	2.039.557	3.686	206	157	(966.556)	1.616.073

FONTE: KPMG, 2002.

**ANEXO 6 - INVENTÁRIO DAS INSTITUIÇÕES DE
MICROFINANÇAS EM 1998**

QUADRO 13 - IMF'S DE MOÇAMBIQUE EM 1998

AMODER

AMR (Ass. Mulheres Rurais)

ADEMO (Ass. Deficientes Moçam.)

AJAM (Ass. Jovens Agricultores Moçambicanos)

Associação Progresso

CARE (Nampula)

CCCP (caixa Com. Crédito e Poupança)

CCDR (Coop. Crédito Desenvolvimento Rural)

CCM (Conselho Cristão Moçambique)

CMR/ CMN (Caixa Mulheres Nampula)

CAWANA (Concern)

CRESCCE

CRER (antigo FISH)

FCC (World Relief)

FFPI

FOS (Fundo Cooperação de Desenvolvimento)

FML (Fundação Mundial Luterana)

GPE (Gabinete Promoção Emprego)

ILRP (CARE Inhambane)

Karibu

Kwaendza

MBEU

MEDA

Ndlela Ya Missava Yero (Intermon)

Novo Banco

OJDR

Poupanças Comunitárias

SOCREMO

Save the Children

TCHUMA

Visão Mundial Internacional

FONTE: ICC, 2001

**ANEXO 7 - INVENTÁRIO DAS INSTITUIÇÕES DE MICRO-
FINANÇAS EM 2000**

TABELA 14 – IMF'S DE MOÇAMBIQUE EM 2000

Nome	Crédito Junho 2000		Poupanças Junho 2000		
	Clientes Activos	Carteira Activa	Clientes Activos	Valor dos Depósitos	Tipo de Poupança
ADEMO	60	0	--	--	voluntárias
AJAM	14	174.629.904	0	0	
AMODESE	0	0	--	--	
AMR	50	1.496.784.800	0	0	
CCCP	2.173	0	--	--	
CCDR	38	0	38	183.750.000	voluntárias
CCM	0	0	0	0	
CMME	0	275.000.000	0	0	
CMR	750	345.754.000	750	486.000.000	obrigatórias
CRER	499	1.643.462.574	1.786	133.315.000	voluntárias
CRESCE	2.020	2.888.764.177	0	0	
FCC	4.422	492.000.000	4.422	--	obrigatórias
FOS	953	0	0	0	
GPE	32	--	0	0	
GPPE		0	--	--	
ILRP	0	1.354.821.122	644	355.733.000	voluntárias
INTERMON	406	1.900.000	0	0	
KARIBU	24	675.282.138	0	0	
Kulana	620	16.000.000	620	188.121.862	obrigatórias
KULIMA	40	71.200.000	0	0	
MBEU	0	0	0	0	
NOVO BANCO	0	0	0	0	
OJDR	59	70.000.000	0	0	voluntárias
PoupançasComunit.	0	0	59	15.253.000	as duas
PROMIZA	676	300.000.000	302	40.258.900	voluntárias
Save the Children	631	0	--	8.700.000	voluntárias
SOCREMO	1.517	7.855.000.000	--	--	
TCHUMA	1.378	2.147.065.082	0	0	
UGC-CPC	210	768.000.000	0	0	
Total	16.590	20.520.013.797	8.621	1.411.131.762	
AMODER	296	12.529.158	0	0	0
FFPI	176	33.792.997.082	0	0	0

FONTE: ICC, 2001

ANEXO 8 - APOIO DOS DOADORES AO SETOR DE MICROFINANÇAS

QUADRO 14 - APOIO OFERECIDO AO SETOR OU ÀS IMFS

Doador	Apoio oferecido ao Setor ou às IMFs
AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento	Desde 1997, fornece apoio ao IRAM, através do BM, para criar CCCP; em total FF 21 milhões em doações, capital e investimento. Também organiza seminários sobre legislação e outros temas com o BM e o Governo.
AECI – Cooperação Espanhola	Não envolvido em 1998. Oferecerá empréstimos a IMFs escolhidas com juros de 5% (dos quais 4% irão a um fundo para Assistência Técnica) sob um novo programa que começará em 2001. O programa tem US\$ 2 milhões para 2001 e pode acrescentar em US\$ 0.57 milhões mais.
AusAID – Cooperação Australiana	Não envolvido em 1998. Dará US\$ 0.15 milhões para UPSTREAM.
Austrian Cooperation	Em 1998 fornecia apoio a CRESCE e MICRED (hoje fechado).
CIDA – Agência de Desenvolvimento Canadana	Em 1998 fornecia apoio a MEDA e COCAMO (hoje fechado). Vai lançar um programa em 2001 – Mozambican Microfinance Facility 'MMF' – para oferecer Assistência Técnica e créditos as IMFs. O programa tem uma duração de 4 anos e um orçamento total de US\$ 3.2 milhões. Como parte do programa planeiam lançar um fundo aberto as contribuições de outros doadores.
Cooperazione Italiana	Não envolvidos em 1998. Dará doações a IMFs para a introdução de novos produtos, expansão a outras áreas, capitalização e crédito como parte de um novo programa que começará em 2001 para apoiar as áreas afectadas pelas cheias. O programa tem US\$5 milhões, dos quais US\$3.5 estão dedicados as IMFs.
DANIDA	Em 1998 fornecia apoio a PAPIR (hoje fechado) e AMODER.
DFID – British Development Agency	Fornece doações e créditos a CRESCE e PROMIZA. Em total, tem fornecido US\$ 4.5 milhões nos últimos três anos. Em 1998 fornecia apoio a Action Aid (hoje fechado).
Dutch Embassy	Fornece apoio a CRER até fim de 2000 como em 1998.
EU – European Union	Em 1998 fornecia apoio a AMODER, CARE Zambézia e apoio o estudo do sector.
CTZ – German Cooperation	Como em 1998, fornece apoio a SOCREMO com doações, capital e investimento até 2003. Nos últimos três anos, o apoio foi de deu perlo de US\$ 2 milhões.
HIVOS – Dutch NGO	Fornece doações, créditos, garantias e participação no capital através de HTF (Hivos Triodos Fund). Nos últimos três anos o apoio total foi de US\$ 5.5 milhões (50% em créditos). Em Mozambique só apoiam a TCHUMA.
IFAD	Consideram as microfinanças como complementares aos programas deles. Forneceu apoio a CRESCE em Namóula em relação ao programa de apoio ao sector de pescas.
SIDA – Swedish Development Agency	Contribuiu ao estudo do sector de 1998.
Swiss Cooperation	Fornecerá US\$ 0.225 milhões para UPSTREAM, projecto criado pelo PNUD e US\$ 3.5 milhões a MMF, do CIDA.
UNDP/UNCDF	Em 1998 oferecia apoio a um ONO suíça, Helvetas, que agora transferiu o programa de crédito a Intermon/OXFAM.
	Contribui a melhoria do ambiente no qual operam as IMFs através de UPSTREAM, um novo programa que começará em 2001. O programa tem um orçamento de US\$ 0.75 milhões.
	Contribui ao desenvolvimento de IMFs escolhidas através de MicroStart, um novo programa que começará em 2001. O programa tem um orçamento de US\$ 0.5 milhões.
	Forneceu um subsídio de US\$ 2.4 a FCC para criar uma IMF auto-suficiente em quatro anos. Também financiou estudos nos últimos anos (o estudo de 1998, o actual e um estudo específico no norte).
USAID	Em 1998 fornecia apoio a World Relief em Oaza (FCC) e CLUSA.
World Bank	Em 1998 tinha alguns programas para apoiar o desenvolvimento do sector e financiou parte do estudo sectorial de 1998.

FONTE: ICC, 2001